

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ipea aponta contraste tributário no Brasil 3

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas estimam corte de R\$ 50 bi ao menos para acomodar câmbio e juros 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Alta da renda perde fôlego, mas emprego se mantém aquecido 7

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados por invalidez poderão ser isentos de reavaliações 9

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS monta força-tarefa para atender beneficiários do BPC 11

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saúde mental de trabalhadores vira preocupação e governo cria selo para empresas 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto para combater o câncer (Artigo) 14

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto mais alto para combater o câncer 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTIMENTOS NOS EUA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desafios do novo presidente incluem inflação e equilíbrio fiscal 16

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad cancela viagem à Europa em meio a pressão do mercado por cortes 18

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - SALVADOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e exames médicos (Artigo) 20

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado espera "cortes já" após Haddad adiar viagem à Europa 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Consenso para alta de 0,50 ponto na taxa Selic 23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara deve votar novas regras para emendas 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado vê alta da Selic a 11,25% nesta semana 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com juros em alta, momento é favorável ao Tesouro Direto..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas pedem cortes "estruturantes" 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Volatilidade do Ibovespa cai e pode reduzir apelo da bolsa..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom deve acelerar ritmo de alta da Selic..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTIMENTOS NOS EUA
ECONOMIA

Diversificação de investimentos no exterior reduz riscos e potencializa resultados
..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTIMENTOS NOS EUA
ECONOMIA

Como os mercados americanos permanecem sólidos em anos de disputas eleitorais..... 40

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O lucro do empresário é a mola do desenvolvimento" 42

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

"Gasto controlado pode reduzir juro, com setor privado investindo mais e gerando emprego" -
GPS DA ECONOMIA
..... 45

Ipea aponta contraste tributário no Brasil

Diagnóstico publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela distorções do sistema tributário brasileiro. Os dados indicam que os contribuintes milionários pagam, proporcionalmente, menos **impostos** no Brasil do que aqueles com rendimentos menores, como os trabalhadores da classe média.

De acordo com estudo assinado pelo economista Sérgio Wulff Gobetti, pesquisador de carreira do Ipea, "os rendimentos do capital são, em geral, menos tributados que os do trabalho", e "os mais ricos têm uma maior proporção de suas rendas relacionadas à remuneração do capital, disto resulta uma incidência do imposto de renda pouco progressiva ou até regressiva no topo da pirâmide".

A análise considera o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL). Os dados são da **Receita Federal do Brasil**.

O estudo "Progressividade Tributária: Diagnóstico para uma Proposta de Reforma" foi publicado como nota técnica da Carta de Conjuntura disponível no site do Ipea.

Aproximadamente 800 mil contribuintes com renda média de R\$ 449mil por ano pagam no máximo 14,2% de alíquota, o mesmo percentual usado para calcular o Imposto de Renda devido por uma pessoa assalariada que receba R\$ 6 mil de vencimentos.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL Cerca de 800 mil contribuintes com renda de R\$ 449 mil por ano pagam no máximo 14,2% de alíquota, o mesmo que uma pessoa que recebe R\$ 6 mil por mês BC coloca em prática as novas regras de segurança para o Pix CONTRA FRAUDES ADRIANA TOFFETTI/ATO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO Agora, em celulares não cadastrados, só será possível fazer transferências de até R\$ 200 por transação e de R\$ 1 mil por dia A alíquota de 14,2% é o ponto máximo de tributação entre os contribuintes mais ricos. A partir daí, cessa a progressividade da cobrança de **impostos** e contribuições, e as alíquotas diminuem paulatinamente à medida que os rendimentos dos declarantes aumentam.

Quando a renda média anual é de R\$ 1,053 milhão, valor obtido por 1% dos contribuintes mais ricos (1,536 milhão de pessoas), a alíquota cai para 13,6%. Se a

renda média anual sobe para R\$ 5,295 milhões (obtida por 153 mil pessoas, 0,1% dos declarantes), a proporção de Imposto de Renda a pagar desce para 13,2%. Se a renda média anual alcança R\$ 26,036 milhões (obtida pouco mais de 15 mil pessoas, 0,01% dos declarantes) a alíquota chega a 12,9%.

Na parcela de 0,01% dos declarantes mais ricos, 81% da renda procedem de ganhos de capital, lucro e juros ou de atividade rural. Entre os declarantes que formam o estrato de 0,1% mais rico, 77% da renda advêm dessas fontes. Entre os 1% mais ricos, 66% da renda são obtidos por esses meios.

"A renda acumulada pelo 1% mais rico também é um bom indicador de concentração e, no caso brasileiro, atingiu aproximadamente 23,6% da renda disponível bruta das famílias em 2022", assinala o estudo.

A regressividade na proporção de imposto a ser recolhido pelos estratos mais ricos da sociedade brasileira "é reflexo de inúmeras distorções e privilégios perpetuados no sistema tributário brasileiro", descreve Gobetti nas conclusões de sua análise.

Benefícios e privilégios

Para o economista, entre as disfunções do sistema tributário nacional "destacam-se não só a isenção sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas (caso raro no mundo atual) como também os benefícios inerentes aos regimes especiais de tributação e as brechas existentes no regime de lucro real, que tornam a tributação do lucro das empresas brasileiras tão díspar entre diferentes corporações e setores econômicos".

Os benefícios concedidos às empresas têm efeitos fiscais e oneram as contas públicas. A estimativa do Ipea é que cerca de R\$ 180 bilhões deixaram de ser recolhidos entre 2015 e 2019 pelas empresas que optaram pelos regimes de tributação Simples e de Lucro Presumido.

Considerada a **inflação**, o valor atualizado seria de R\$ 300 bilhões.

As empresas que pagam imposto por aqueles regimes especiais arrecadaram apenas 25% do que pagariam caso fossem recolher **tributos** conforme o lucro real.

Para o autor, "é fundamental", no debate público,

"mostrar que a falta de equidade com que a renda em geral (e o lucro das empresas, em particular) é tributada tem consequências negativas não só sobre a justiça fiscal, mas também sobre a eficiência econômica".

A regulamentação da **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional poderá reverter a regressividade de **impostos** e contribuições (da Agência Brasil).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18222>

Analistas estimam corte de R\$ 50 bi ao menos para acomodar câmbio e juros

LUIZA LANZA E-INVESTIDOR

A desconfiança em relação à real disposição do governo de enfrentar os problemas fiscais do País contagiou de vez o mercado financeiro. O dólar em alta, a elevação dos juros futuros e o desempenho errático da Bolsa de Valores dão a medida do ceticismo entre os agentes econômicos diante da promessa da equipe econômica de apresentar um pacote de cortes de gastos para equilibrar as contas públicas.

Essa desconfiança, no entanto, não é nova. Desde que o arcabouço fiscal foi apresentado, em 2023, economistas apontam que a nova regra depende excessivamente do aumento de receitas e, sem que haja uma contrapartida de contenção de despesas, dificilmente as metas de resultado primário serão cumpridas. O temor é de que esse descontrole aumente o nível de endividamento do País, pressionando a **inflação**.

Mas qual seria o pacote ideal, capaz de agradar os agentes econômicos, acalmando os ânimos no mercado? Não há uma resposta exata, mas de acordo com economistas ouvidos pelo E-Investidor, o pacote a ser apresentado teria eliminar gastos de ao menos R\$ 50 bilhões, além de fazer correções em despesas obrigatórias e discricionárias.

Essa estimativa, de acordo com Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, resulta da seguinte conta: como o banco estima um déficit fiscal de R\$ 110 bilhões em 2025, o cumprimento da meta de déficit zero estabelecida pelo arcabouço exigirá um esforço para conter a alta das despesas da ordem de 3% acima da **inflação**. A alternativa seria o aumento de **impostos**, ideia que esbarra em forte resistência no Congresso. "Uma contenção de gastos próxima de R\$ 50 bilhões, se for bem embasada nas correções de irregularidades nas despesas obrigatórias e algumas limitações nas despesas discricionárias, pode ser bem recebida pelo mercado", diz a economista.

Porém, apenas o corte de gastos não deve ser suficiente. Os especialistas são unânimes em afirmar que mais eficaz que revisar despesas seria o governo apresentar medidas mais estruturantes.

Isso porque, se não mudar a base das despesas

obrigatórias, um ajuste de contas pontual pode servir apenas no curto prazo.

INCLUSÃO DE DESPESAS. Luciano Costa, economista-chefe da Monte Bravo, diz que uma medida importante nesse sentido seria incluir dentro da regra de limite para o aumento de despesas - de 2,5% ao ano mais a **inflação** do período - custos que hoje estão fora desse teto. "É preciso trazer para dentro da regra os gastos com Saúde e Educação, que hoje estão fora do teto, e colocar também uma regra de crescimento de benefícios sociais, outros programas que não estão historicamente limitados a 2,5% de crescimento ao ano, para que as principais despesas cresçam numa velocidade compatível com o teto.

É isso que esperamos", diz Costa, para quem um pacote "razoável" de cortes de gastos seria da ordem de R\$ 60 a R\$ 70 bilhões.

O entendimento é de que para assegurar superávits primários em uma janela maior de tempo, de 5 a 10 anos, é fundamental desindexar o Orçamento. "A **Previdência Social** hoje é indexada ao salário mínimo; os pisos da Saúde e Educação, indexados ao resultado primário do governo. Ao desindexar, é possível dar maior previsibilidade de que os gastos vão crescer, mas em uma velocidade menor. Para o longo prazo, isso é mais importante do que efetivamente só cortar gastos", diz Beto Saadia, diretor de investimentos da Nomos.

TIMING. O anúncio das medidas para cortar gastos que o governo está preparando era inicialmente esperado para logo depois do segundo turno das eleições municipais, que aconteceram no último domingo. Até agora, porém, o governo parece não ter definido o que fará, nem quando.

Porém, o cancelamento da viagem do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que embarcaria hoje para a Europa (mais informações na pág. B5), pode ser um indício de que o governo finalmente percebeu a necessidade de agir.

O risco fiscal no foco das atenções do mercado não é algo recente.

A questão está na mesa há tempos, mas agora

ganhou um peso maior. Na sexta-feira, por exemplo, o dólar disparou 1,53%, fechando cotado a R\$ 5,86, maior patamar desde maio de 2020. No ano, a moeda tem valorização de 20,9%. Há outros fatores pressionando o câmbio, como a eleição presidencial nos Estados Unidos e os conflitos no Oriente Médio, envolvendo Israel e Irã. Mas para os especialistas o cenário doméstico é o grande catalisador da alta recente do dólar.

Gabriela Joubert, estrategista- chefe do Inter, diz ainda que, dado o cenário mais claro com o início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, e resultados corporativos ainda fortes por aqui, o anúncio de um pacote de corte de gastos pode destravar valor na Bolsa, ao mesmo tempo que os juros da renda fixa tendem a se normalizar. Essa também é a visão de Luciano Costa, da Monte Bravo. "Há mais fatores que determinam a taxa de câmbio, mas, sem dúvida, um pedaço do estresse hoje seria revertido", diz Costa, que prevê um recuo a até R\$ 5,20 da moeda com o pacote fiscal.

Despesas Além da redução efetiva de gastos, analistas dizem ser necessário eliminar a indexação

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Alta da renda perde fôlego, mas emprego se mantém aquecido

Anaís Fernandes De São Paulo

Os salários dos trabalhadores brasileiros dão indicações incipientes de acomodação, o que é um bom sinal para a política de juros, já que os rendimentos estão intimamente ligados à dinâmica dos preços de serviços, que o Banco Central acompanha de perto. Os ganhos dos empregados estão longe, no entanto, de indicarem desaquecimento do mercado de trabalho, o que, por um lado, deve ajudar a sustentar o consumo e o **PIB**, agradando o governo, mas, por outro, seguirá impondo desafios à **inflação**, incomodando a autoridade monetária.

O rendimento médio habitual do trabalhador considerando todos os seus postos recuou 0,4% no terceiro trimestre deste ano, ante o segundo, para R\$ 3.227, informou o IBGE na semana passada.

Embora a variação seja classificada pelo instituto como estabilidade, porque está dentro da margem de erro da pesquisa, o rendimento interrompeu uma sequência de taxas positivas observada desde o fim de 2021.

Na comparação com igual trimestre de 2023, no entanto, ainda houve alta de 3,7%.

"O mercado de trabalho brasileiro permanece robusto, mas o crescimento da renda deu sinais incipientes de moderação", afirma, em relatório, Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Ele nota que "certa acomodação" no rendimento habitual é observada, na verdade, desde junho.

Nas métricas mensalizadas, elaboradas pela MCM Consultores a partir de metodologia do BC, os recuos foram expressivos tanto para a média do rendimento habitual quanto para o efetivo, sendo que o primeiro retornou ao menor nível desde o primeiro trimestre.

O comportamento mais recente dos rendimentos, nota a MCM, está ainda em linha com a queda observada nos salários de admissão e de demissão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro, também divulgado na semana passada.

Ainda assim, pondera a MCM, os rendimentos seguem acima da tendência pré-pandemia, sobretudo o

habitual, e "estão longe de denotar esfriamento do mercado de trabalho", afirma a equipe em relatório. O nível da desocupação, abaixo do desemprego de equilíbrio - a taxa que não acelera a **inflação** (Nairu, na sigla em inglês) - e ainda em plena queda no terceiro trimestre, e o nível dos próprios rendimentos "não permitem essa leitura", diz a MCM.

Segundo Leal, será "muito importante" acompanhar se os salários vão retornar nos próximos meses e de forma sustentada à tendência de crescimento que prevaleceu antes da pandemia. "Seria um indicativo de que a economia brasileira consegue suportar um desemprego mais baixo sem gerar pressões salariais atípicas", afirma.

Além disso, isso corroboraria, segundo ele, a hipótese de que a elevação relevante dos rendimentos desde o início de 2022 esteve predominantemente associada a um movimento de recomposição salarial real das perdas advindas da crise sanitária.

Igor Cadilhac, economista do PicPay, lembra que, durante a pandemia, muitos trabalhadores não tiveram um reajuste salarial adequado.

Além disso, diz, o bom comportamento relativo dos preços facilitou correções acima da **inflação**.

Esse cenário, em conjunto com o desemprego baixo, tem contribuído para uma massa de rendimentos (combinação da população ocupada com o rendimento médio) que permanece próxima do recorde, afirma.

"O mercado de trabalho ainda é um vetor positivo para o consumo.

No entanto, começam a aparecer alguns sinais de desaceleração", diz, em relatório, a equipe do Bradesco, liderada por Fernando Honorato.

O texto cita o menor crescimento dos salários, destacando, porém, que não esperam uma sequência de quedas do rendimento, mas uma desaceleração em relação ao forte avanço verificado na primeira metade do ano.

A XP ainda projeta elevação de 4,5% para o rendimento médio em 2024, ante 2023. Já a renda real disponível das famílias - soma de salários, benefícios

da **Previdência Social**, transferências de proteção social e pagamentos extraordinários do governo, como precatórios - deve crescer 7% em 2024, "muito acima das estimativas iniciais ao redor de 4,5%", observa Rodolfo Margato, economista da XP.

Luis Otávio Leal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032?page=1§ion=1>

Fernando Montero, economista- chefe da Tullet Prebon, calcula que, desde 2019, ano anterior à pandemia, o Brasil "criou" R\$ 19,2 milhões de rendas perenes (previdenciárias, assistenciais e trabalhistas) para as famílias. "Cada uma dessas rendas é colateral para um banco e confiança para uma família", diz Montero em relatório.

Para 2025, Margato, da XP, projeta uma "desaceleração gradual" da renda disponível, para alta de 3%, em linha com a redução do impulso fiscal e o aperto das condições monetárias, aponta.

O "arrefecimento gradual" do crescimento do rendimento do trabalhador seria um dado importante para o BC, "que precisa observar algum sinal de que a política monetária está atuando sobre a atividade, já que a **inflação** de serviços no país preocupa", diz João Savignon, economista para Brasil da Kínitro Capital, em relatório.

Em estudo, Marcelo Gazzano, economista do Bradesco, estimou que, considerando ciclos de alta de juros passados, no atual, o **PIB** poderia sofrer contração de 0,5% em 2025. O crescimento do **PIB** nos próximos trimestres tem alguns colchões que deverão impedir desaceleração tão intensa, afirma.

Além de uma alta significativa na safra de grãos no próximo ano, a poupança que as famílias acumularam ao longo de 2024 pode amortecer o efeito dos juros sobre o consumo, diz o economista.

Além disso, afirma, a regra de reajuste do salário mínimo vai permitir ganhos reais para trabalhadores e beneficiários de alguns programas de transferência de renda.

Apesar de projetar atividade mais fraca em 2025, a equipe do C6 Bank acredita que o mercado de trabalho continuará forte e pode fechar 2025 com taxa de desemprego perto de 6%. "Para o padrão brasileiro, essa taxa indica um mercado de trabalho bastante aquecido. Se por um lado isso significa mais pessoas ocupadas, o que é bom para a atividade, por outro torna mais desafiador o controle da **inflação**, já que há maior pressão sobre os preços dos serviços", diz, em comentário a economista do banco Claudia Moreno.

"Crescimento da renda deu sinais incipientes de moderação"

Aposentados por invalidez poderão ser isentos de reavaliações

Projeto de lei aprovado no Senado Federal libera portadores de determinadas doenças da necessidade dos exames periódicos CAIO PRATES

O Senado Federal aprovou na última quarta-feira) o Projeto de Lei 5.332/2023, que isenta aposentados por incapacidade permanente de reavaliações periódicas. A nova regra vale para segurados do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) e beneficiários afastados por incapacidade irreversível ou por doenças como Alzheimer, Parkinson e esclerose lateral amiotrófica. O projeto agora aguarda sanção presidencial.

Além de dispensar as reavaliações periódicas, o projeto permite novas avaliações apenas em casos de suspeita de fraude ou erro. Para segurados com HIV/aids, a perícia deverá contar com um infectologista para avaliar as limitações impostas pela doença, conforme destacou o relator. A legislação atual já isenta aposentados com aids da reavaliação periódica.

O advogado Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados, acredita que, se sancionado, o projeto será uma boa notícia para aposentados com doenças graves e incapacitantes.

"Essa nova lei traz uma perspectiva positiva aos aposentados com incapacidade permanente, evitando o transtorno das reavaliações para segurados que já enfrentam uma situação de saúde difícil".

A aposentadoria por incapacidade permanente, também conhecida como aposentadoria por invalidez, é uma modalidade de aposentadoria garantida a segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que estejam incapacitados de forma definitiva para trabalhar e garantir a sua subsistência.

Para obter o benefício, é necessário que a incapacidade seja declarada por perito ou por um juiz, no caso de o trabalhador ter ingressado com ação na Justiça para obrigar a autarquia a conceder a aposentadoria.

Especialistas alertam que é comum que os segurados desconheçam as regras para se aposentar por invalidez. A falta de informação muitas vezes atrasa a obtenção do benefício ou até resulta na perda após a

sua concessão.

O primeiro passo para o segurado com incapacidade permanente pedir a aposentadoria por invalidez é agendar a perícia médica por meio do aplicativo e site **Meu INSS**. Outra opção é ligar para o telefone 135.

João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, alerta que o exame médico muitas vezes é insuficiente e os peritos exigem que seja apresentada uma série de documentos pelo segurado. "É importante o segurado apresentar todos os laudos médicos, de preferência os mais recentes, como atestados e guias de exames e receitas de remédios.

Além disso, deve demonstrar para o perito que sua doença afeta no trabalho que exerce, como, por exemplo, dor no ombro ou no caso de metalúrgicos ou doença na lombar para quem carrega peso", orienta o advogado. "Se a incapacidade foi gerada por conta de acidente de trabalho, ainda é preciso informar ao perito, além de a empresa ter aberto a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)", complementa.

A reforma da Previdência dificultou com que determinadas doenças sejam consideradas pelo **INSS** como justificativas para a concessão da aposentadoria por invalidez. Leandro Madureira, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Mauro Menezes Advogados, aponta que muitas comorbidades dispensavam a verificação da sua gravidade para a obtenção do direito. "Anteriormente, se o segurado tivesse uma doença como um câncer, uma tuberculose ativa, uma cardiopatia grave, a possibilidade de ser aposentado por invalidez estava em uma determinação da lei. A partir da reforma, as hipóteses graves de adoecimento não são mais causas concessivas diretas de aposentadoria por incapacidade permanente.

É necessário que esse trabalhador tenha uma doença grave, contagiosa ou incurável e que se apure o grau na verdade e na possibilidade ou não desse trabalhador ser readaptado", explica.

As mudanças nas regras previdenciárias também impactaram no valor do benefício. Anteriormente, o montante a ser recebido era calculado a partir de uma

média do valor total das contribuições do segurado realizadas desde julho de 1994. Com a reforma, o cálculo passou a ser feito a partir de um percentual de 60% da média somado a 2% para cada ano de contribuição no caso de mais de 15 anos de contribuição acumulados, para as mulheres, e 20 anos, para os homens. O cálculo a partir do percentual de 100% foi mantido somente para casos em que a incapacidade é fruto de acidente de trabalho.

Badari afirma que a redução do valor da aposentadoria por incapacidade permanente tem gerado um volume alto de questionamentos na Justiça.

"A reforma trouxe regras extremamente injustas para o cálculo da aposentadoria. Na maioria dos casos será inferior ao benefício do auxílio-doença. Isso reflete em contradição na norma, cabendo discussão judicial", opina.v

Site: <https://www.dgabc.com.br>

INSS monta força-tarefa para atender beneficiários do BPC

Ana Lúcia Caldas - repórter da Rádio Nacional

A grande procura sobre informações relativas ao desbloqueio do BPC - o Benefício de Prestação Continuada - levou o **INSS** a montar uma força-tarefa de atendimento que será feito nas próprias agências do **INSS**.

Esses beneficiários são aqueles que não se inscreveram ou não atualizaram informações no CadÚnico.

Apesar de ser um benefício do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, o BPC é pago pelo **INSS**.

A inscrição e a atualização do CadÚnico somente podem ser feitas no CRAS que é o Centro de Referência e Assistência Social do município onde o beneficiário do BPC reside. É o cadastro que garante a permanência no programa assistencial.

Quem procurar o **INSS** vai obter informações sobre a revisão; e fazer o registro de comparecimento à agência da Previdência. Com isso o bloqueio do pagamento é suspenso em até 72 horas.

Os beneficiários do BPC podem também ligar na Central de Atendimento 135 e informar que a atualização ou inscrição do CadÚnico está em andamento. O prazo de desbloqueio também é de até três dias.

No entanto, nos dois casos, a atualização ou inscrição devem ser feitas no Cras para não ter o benefício suspenso. O prazo é de 45 dias, nos municípios com até 50 mil habitantes, e de 90 dias, para os que têm mais de 50 mil habitantes.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-11/inss-monta-forca-tarefa-para-atender-beneficiarios-do-bpc>

Saúde mental de trabalhadores vira preocupação e governo cria selo para empresas

Júlia Galvão

Cristiane Gercina

A saúde mental de profissionais se tornou um dos temas centrais das discussões sobre bem-estar no trabalho, fazendo com que as preocupações de empresas e governo, antes concentradas nos riscos físicos, se voltem para o tema.

Dados da **Previdência Social** mostram que os afastamentos por transtornos mentais cresceram 38% entre 2022 e 2023. No ano passado, foram concedidos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) 288,9 mil benefícios por incapacidade envolvendo questões psíquicas foram concedidos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Em 2022, o total ficou em 209,1 mil.

A alta acende um alerta. Levantamento da empresa Mercer Marsh Benefícios, que gerencia riscos no trabalho e administra benefícios, destaca o burnout como preocupação crescente. O estudo ouviu 208 empresas de 29 setores.

Entre os gatilhos centrais para o desenvolvimento da síndrome encontram-se o excesso de demandas, os conflitos com lideranças e a falta de autonomia do profissional em relação à sua rotina.

Em novembro de 2023, o Ministério da Saúde atualizou a lista de doenças ocupacionais, com a inclusão de transtornos como burnout, depressão e até uso de drogas no rol de afastamentos.

Em março deste ano, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei 14.831, que cria o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. O programa, no entanto, está parado, sem a nomeação da comissão que determinará as regras e poderá conceder a certificação.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Procurado, o Ministério da Saúde informou que "as articulações interministeriais são coordenadas pela Casa Civil". Já a Casa Civil disse que a responsabilidade de indicar os membros da comissão compete aos ministros. Assinam a lei Nísia Trindade, da Saúde, e o ex-ministro de Direitos Humanos Silvano de Almeida, que deixou o cargo após denúncias de assédio sexual.

Helder Valério, superintendente de gestão de saúde da Mercer Marsh Benefícios, afirma que, apesar dos avanços, as empresas ainda precisam percorrer um longo caminho para a promoção da saúde mental.

"Descobrimos alguns avanços importantes, mas as empresas têm uma longa jornada pela frente. A partir de 2025, por exemplo, o burnout será oficialmente reconhecido como doença ocupacional no Brasil e isso vai impactar no FAP (Fator Acidentário de Prevenção) das empregadoras", afirma.

Ana Carolina Rangel, especialista em felicidade corporativa, avalia que, apesar de não ser obrigatório, o certificado é um passo importante para as empresas investirem em saúde mental de forma preventiva.

A especialista lembra que, em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, houve uma explosão de casos de afastamento ligados à ansiedade, burnout e depressão; mas o cenário já não era novidade.

"Foram pegas de surpresa as empresas que nunca trataram da questão de modo preventivo, pois a pandemia revelou algo que já estava acontecendo há muito tempo, mas os colaboradores tinham vergonha de falar, e há também o próprio preconceito em relação aos tratamentos mentais", diz.

A advogada Priscila Arraes Reino, especialista em direitos trabalhistas e previdenciários, explica que os casos de profissionais que adoeceram no trabalho e precisam de afastamento da Previdência envolvem uma série de situações, como assédio, pressão excessiva, alto incentivo para competitividade e pouco ou nenhum reconhecimento pelos resultados.

"A precarização dos direitos do trabalho desde a reforma trabalhista acabou contribuindo para que as pessoas se sujeitem por mais tempo, às vezes até quando não suportam mais, a condições de trabalho que as levam ao adoecimento", afirma.

O Brasil é o segundo país no mundo com maior número de trabalhadores com Síndrome de Burnout, atrás somente do Japão, segundo o Isma (International Stress Management Association). Além da síndrome, vem se tornando comum observar trabalhadores que sofrem com outros transtornos, como depressão ocupacional, ansiedade e estresse pós-traumático.

Além de afetar diretamente os trabalhadores, os problemas associados aos transtornos mentais têm efeito nas empresas.

Embora os afastamentos por problemas osteomusculares -dor nas costas, lesões por esforço repetitivo, entre outros- liderem, os dados mostram que o total de dias perdidos por ano por funcionários com transtornos mentais é 81% superior com relação aos funcionários que não têm nenhum tipo de transtorno.

"A saúde mental deve ser encarada como um problema real e importante no cenário empresarial e ignorar essa realidade é um erro estratégico que pode custar muito caro, afetando a competitividade e a sustentabilidade das empresas", diz Priscila.

Em 2022, a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulgaram diretrizes globais para práticas relacionadas à saúde mental no trabalho, entre elas estão programas voltados ao tema e mudanças no ambiente, caso seja necessário.

A pressão do ambiente de trabalho, as demandas crescentes, a incerteza econômica e os desafios pessoais podem contribuir para o surgimento de problemas como estresse, ansiedade e depressão, levando a um absenteísmo maior nas companhias, o que preocupa.

Valério destaca a importância da capacitação de líderes para a criação de um ambiente psicologicamente seguro. "O funcionário não tem medo de sugerir mudanças, de cometer erro e de se comunicar quando tem uma liderança bem capacitada", diz.

Vitor Carvalho, professor de psicologia e ética na FGV Eaesp (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), afirma que, apesar do importante avanço nas discussões sobre

gestão de pessoas, o número de relatos envolvendo os transtornos parecem ser cada vez mais frequentes, e está ligado também ao uso da tecnologia.

"Parece que conforme as formas de tecnologia vão evoluindo, a saúde dos trabalhadores tem piorado. Em vez de termos conquistado mais liberdade, o que nós vemos é o aumento do monitoramento e da fiscalização", diz.

Carvalho diz que os recursos tecnológicos fazem com que os indivíduos fiquem ligados ao trabalho mesmo quando estão fora dele, mantendo o sentimento de vigilância de forma contínua. "É como se nós estivéssemos participando de uma corrida e a linha de chegada estivesse sempre um passo à frente".

Além dos problemas associados à saúde mental, as situações de estresse no trabalho também afetam os indivíduos fisicamente, fazendo com outros tipos de doenças sejam desenvolvidas.

"Minha leitura é de que as pessoas estão adoecendo fisicamente no mundo no trabalho não apenas por conta do estresse, mas porque, dentro dessa lógica de performance contínua, elas param de se enxergar como pessoas."

O respeito e a inclusão devem ser as bases fundamentais do local de trabalho. Esses elementos colaboram com a promoção de um espaço seguro e, conseqüentemente, saudável.

O reconhecimento dos estressores e a implementação de medidas para a sua redução devem ser buscados constantemente pelas empresas.

É também importante que os gestores tomem conhecimento do tempo de trabalho de seus colaboradores, respeitando a carga de trabalho que, muitas vezes, é a fonte do desenvolvimento de doenças físicas e mentais.

Para a garantia da saúde mental, é necessário que o empregado se sinta confortável para conversar com seus gestores. É essencial assim, que o estigma associado a questões mentais seja reduzido.

Apenas garantir que o ambiente de trabalho seja saudável não é suficiente. É também indicado que as empresas busquem aumentar o acesso à saúde mental com o apoio de psicólogos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/saude-mental-de-trabalhadores-vira-preocupacao-e-governo-cria-selo-para-empresas.shtml>

Imposto para combater o câncer (Artigo)

Melissa Medeiros é fundadora e presidente voluntária da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço e integrante do Conselho Nacional de Saúde

A relação entre a **reforma tributária** e o câncer é muito mais profunda que parece. Ao abordar o tabagismo, responsável por diversas doenças crônicas e milhares de óbitos no Brasil e no mundo, é essencial considerarmos as políticas fiscais como ferramenta de saúde pública.

O tabaco está diretamente ligado a vários tipos de câncer, especialmente de pulmão, cavidade oral e laringe, que, juntos, aparecem entre as principais causas de morte no país. Reformar o sistema tributário e incluir o tabaco numa categoria especial de taxaço não apenas desestimula o consumo, como devolve recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), que terá de arcar com tratamentos.

Dados da ACT Promoção da Saúde revelam que o tabagismo custa à sociedade brasileira mais de R\$ 125 bilhões por ano, enquanto a arrecadação com **impostos** sobre o tabaco é de R\$ 13 bilhões. A disparidade evidencia a necessidade de políticas que desencorajem o consumo desses produtos.

Os tumores pulmonares são a principal causa de mortalidade por câncer, com mais de 1,8 milhão de mortes anuais globalmente. Em 2020, o Brasil registrou mais de 28 mil óbitos devido a essa doença, segundo o Inca. Cerca de 70% dos pacientes apresentam o câncer em estágio avançado, o que toma o diagnóstico precoce prioridade urgente na prevenção e no tratamento.

Uma das propostas da **reforma tributária** é destinar parte da arrecadação para a Programa Nacional de Controle do Tabagismo e para o SUS. Esse fato é relevante, pois não só o tabagismo ativo, mas também o fumo passivo, somado à poluição e ao diagnóstico tardio, causa deficiências fonatórias e respiratórias graves.

A nicotina, presente em todos os derivados do tabaco, é uma droga com alto potencial viciante. Suas propriedades psicoativas alteram o sistema nervoso, provocando mudanças de comportamento e induzindo à dependência, impactando também um grande desafio global: a saúde mental.

Nos últimos anos, a preocupação com o uso de cigarros eletrônicos cresceu. No Brasil, a venda

desses produtos é ilegal e proibida pela Anvisa, mas o comércio clandestino prospera, aumentando os riscos. A proposta de reavaliar a proibição e, potencialmente, liberar a venda desses dispositivos levanta questões sobre os impactos futuros para a saúde pública. Estudos internacionais associam o uso de tais aparelhos a riscos sérios, incluindo doenças respiratórias e cardiovasculares, além do potencial de criar uma nova geração de dependentes de nicotina.

É fundamental que políticas fiscais e regulamentares sejam usadas para desincentivar o uso de cigarros tradicionais e eletrônicos. A evidência de que produtos de tabaco, independentemente da forma, causam sérios danos à saúde pública deve motivar uma posição firme contra a liberação desses dispositivos e a adoção de medidas tributárias mais robustas, como sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para a Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço e a ACT Promoção de Saúde, a **reforma tributária** representa uma oportunidade única para proteger a saúde pública, e reformar as políticas de tributação sobre produtos de tabaco é essencial. Com isso, a arrecadação gerada pode ser usada diretamente para fortalecer o SUS, destinando recursos para campanhas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de cânceres relacionados ao uso de tabaco.

Essa abordagem não só ajudaria a aliviar o peso econômico do tabagismo sobre o SUS, mas também contribuiria para a promoção de ações de saúde pública eficazes e sustentáveis, combatendo as ameaças presentes e futuras do tabagismo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto mais alto para combater o câncer

Artigos

A relação entre a **reforma tributária** e o câncer é muito mais profunda que parece. Ao abordar o tabagismo, responsável por diversas doenças crônicas e milhares de óbitos no Brasil e no mundo, é essencial considerarmos as políticas fiscais como ferramenta de saúde pública.

O tabaco está diretamente ligado a vários tipos de câncer, especialmente de pulmão, cavidade oral e laringe, que, juntos, aparecem entre as principais causas de morte no país. Reformar o sistema tributário e incluir o tabaco numa categoria especial de taxaço não apenas desestimula o consumo, como devolve recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), que terá de arcar com tratamentos.

Dados da ACT Promoção da Saúde revelam que o tabagismo custa à sociedade brasileira mais de R\$ 125 bilhões por ano, enquanto a arrecadação com **impostos** sobre o tabaco é de R\$ 13 bilhões. A disparidade evidencia a necessidade de políticas que desencorajem o consumo desses produtos.

Os tumores pulmonares são a principal causa de mortalidade por câncer, com mais de 1,8 milhão de mortes anuais globalmente. Em 2020, o Brasil registrou mais de 28 mil óbitos devido a essa doença, segundo o Inca. Cerca de 70% dos pacientes apresentam o câncer em estágio avançado, o que torna o diagnóstico precoce prioridade urgente na prevenção e no tratamento.

Uma das propostas da **reforma tributária** é destinar parte da arrecadação para a Programa Nacional de Controle do Tabagismo e para o SUS. Esse fato é relevante, pois não só o tabagismo ativo, mas também o fumo passivo, somado à poluição e ao diagnóstico tardio, causa deficiências fonatórias e respiratórias graves.

A nicotina, presente em todos os derivados do tabaco, é uma droga com alto potencial viciante. Suas propriedades psicoativas alteram o sistema nervoso, provocando mudanças de comportamento e induzindo à dependência, impactando também um grande desafio global: a saúde mental.

Nos últimos anos, a preocupação com o uso de cigarros eletrônicos cresceu. No Brasil, a venda desses produtos é ilegal e proibida pela Anvisa, mas o comércio clandestino prospera, aumentando os riscos.

A proposta de reavaliar a proibição e, potencialmente, liberar a venda desses dispositivos levanta questões sobre os impactos futuros para a saúde pública. Estudos internacionais associam o uso de tais aparelhos a riscos sérios, incluindo doenças respiratórias e cardiovasculares, além do potencial de criar uma nova geração de dependentes de nicotina.

É fundamental que políticas fiscais e regulamentares sejam usadas para desincentivar o uso de cigarros tradicionais e eletrônicos. A evidência de que produtos de tabaco, independentemente da forma, causam sérios danos à saúde pública deve motivar uma posição firme contra a liberação desses dispositivos e a adoção de medidas tributárias mais robustas, como sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para a Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço e a ACT Promoção de Saúde, a **reforma tributária** representa uma oportunidade única para proteger a saúde pública, e reformar as políticas de tributação sobre produtos de tabaco é essencial. Com isso, a arrecadação gerada pode ser usada diretamente para fortalecer o SUS, destinando recursos para campanhas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de cânceres relacionados ao uso de tabaco.

Essa abordagem não só ajudaria a aliviar o peso econômico do tabagismo sobre o SUS, mas também contribuiria para a promoção de ações de saúde pública eficazes e sustentáveis, combatendo as ameaças presentes e futuras do tabagismo.

*Melissa Medeiros é fundadora e presidente voluntária da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço e integrante do Conselho Nacional de Saúde

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2024/11/imposto-mais-alto-para-combater-o-cancer.ghtml>

Desafios do novo presidente incluem inflação e equilíbrio fiscal

A sólida economia americana receberá o próximo presidente com pelo menos dois grandes desafios: o de obter equilíbrio fiscal (o déficit orçamentário atingiu 6,4% do PIB em 2024, superior aos 6,2% de 2023) e o de conter a pressão inflacionária.

O resultado das eleições presidenciais que acontecem amanhã afetará um e outro indicador de forma distinta. Os cenários traçados pelo economista Paulo Gala, professor da Fundação Getúlio Vargas, diferem em três aspectos básicos. "Se Trump ganhar, esperam-se mais **inflação**, mais tarifa de importação, juros mais altos e dólar mais forte. No caso de Kamala Harris, é esperado o contrário", diz.

As incertezas causadas pela eleição do maior "CEO" do planeta aumentam a volatilidade dos mercados, exigindo atenção apurada nas decisões de investimento, já que as agendas econômicas e políticas dos candidatos diferem em múltiplos aspectos.

Indefinições à parte, um ponto merece consenso de especialistas. Independentemente do resultado, o desempenho econômico continuará positivo. "Os indicadores têm mantido boa performance nos últimos anos, de forma surpreendente. Mesmo com o aperto monetário de 2022 e 2023, a economia manteve ritmo satisfatório, com desemprego baixo e perspectiva de crescimento acima de 2,5% do PIB este ano, ainda que com alguma expectativa de redução na margem", afirma Silvio Campos Neto, sócio da Tendências e especializado em economia internacional.

A análise tem como base números divulgados recentemente, que vieram mais fortes que o esperado depois da queda de 0,5 ponto percentual nos juros americanos em setembro, motivada pela retração no mercado de trabalho.

Os novos indicadores, ao contrário, mostraram criação de 254 mil vagas em setembro, acima das expectativas; queda da taxa de desemprego, de 4,2% em agosto para 4,1% em setembro; e alta de 0,4% nas vendas no varejo em setembro em relação a agosto.

Juntos, os dados indicam dinamismo, o que, segundo Campos Neto, deve levar o Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, a ser mais

cauteloso na redução dos juros.

DESAFIOS

André Diniz, economista da Kinea, gestora de fundos de investimentos com R\$ 132 bilhões em carteira, enfatiza que o resultado do pleito tende a impactar o comportamento dos juros.

"No cenário de vitória de Trump, com o controle do Congresso, caso ele consiga cortar **impostos** para as empresas e alterar tarifas comerciais, a atividade econômica americana se fortaleceria, mas a **inflação** aumentaria. Com isso, a curva de juros dos EUA provavelmente subiria, com impacto sobre o valor global do dólar e sobre o prêmio de risco fiscal que o restante do mundo terá que pagar.

Já se a Kamala ganhar, sem o controle do Congresso, muito provavelmente a política fiscal será neutra ou contracionista e a política comercial será o que é hoje em dia, sem grandes tarifas comerciais adicionais", diz.

A política de imigração é outra diferença expressiva na visão dos dois candidatos.

O republicano é contrário à abertura das fronteiras do país; Kamala Harris é favorável. "Hoje, dos 180 milhões de pessoas que trabalham nos Estados Unidos, 30 milhões nasceram fora, o que mostra a importância dos imigrantes para a economia americana, mas são eles os que ganham menos. Uma vitória republicana pode ser inflacionária pela via do aumento de salário por causa da restrição à imigração", diz Gala.

Outra diferença relevante está no nível do protecionismo, acirrado pelo temor da expansão chinesa. Nesse caso, o que difere um candidato do outro é a dimensão das políticas a serem adotadas.

"Kamala Harris é 100% aumento de tarifa, Trump é 200%. Se Trump ganhar, vai escalar a guerra comercial e tecnológica com a China, com mais tarifas", diz Gala. A consequência imediata será **inflação** mais alta, decorrente do aumento dos custos de produção e de importação e, logo, perspectiva de juros mais pressionados. "O dólar se fortalece por causa do maior protecionismo, que gera mais inf

lação, levando o Fed a segurar os juros", conclui.

Com relação aos juros, por sinal, o ciclo de corte, iniciado pelo Fed em setembro e que hoje oscila dentro de uma banda de 4,75% a 5% anuais, terá desempenhos diferentes, de acordo com os economistas. "Uma vitória de Trump poderá levar a um ciclo mais curto, o Fed pode ser obrigado a parar em 4%.

Se Kamala Harris vencer, poderá ser mais longo, e talvez os juros venham a 3%", diz o professor da FGV.

CENÁRIOS

Com base nessas perspectivas, o investidor brasileiro deve esperar pelo dólar mais forte, no caso de vitória republicana, real desvalorizado e cenário para a bolsa menos favorável no Brasil.

Se a democrata vencer, um real fortalecido, juros de longo prazo cedendo e mais espaço para recuperação da bolsa. Em ambos os casos, volatilidades à parte, alocar recursos em renda fixa e variável nos EUA permanece opção atrativa, segundo os economistas.

"Seja qual for o resultado das eleições, investir no mercado americano continuará valendo a pena. É o maior mercado financeiro do mundo. Tem opções boas, embora esteja muito caro. Estamos na máxima histórica de todas as bolsas americanas. Em relação aos títulos privados, a dívida corporativa é de excelente qualidade. É um bom momento para renda fixa, mas é preciso fazer uma garimpagem, tanto em ações quanto em títulos", diz Gala.

André Diniz compartilha da opinião. "O mercado americano é resiliente a ciclos econômicos. O comportamento do consumidor e das empresas americanas parece muito mais sólido do que o de pares europeus e chineses", diz.

Segundo ele, em 2007, as famílias americanas gastavam 13% da renda pagando dívida. Hoje, gastam 10%, diferença destinada a consumo ou poupança. Já os lucros das empresas americanas giravam em torno de 10% do **PIB** dos EUA na década de 2000. Hoje representam 12% do **PIB**, acima da média histórica.

A avaliação encontra respaldo no aumento dos investimentos de brasileiros no exterior. "O movimento está alto. Há uma procura muito grande por ativos financeiros no exterior", diz Rafael Panonko, consultor de investimentos independente, especialista em bolsa de valores. Um dos setores que se beneficiarão se Trump ganhar, segundo ele, será o petroleiro. "No caso de vitória de Kamala Harris, será o de energia renovável", diz. Com relação à política protecionista a

ser adotada pelo próximo governo, o aumento das restrições comerciais poderá reduzir o ímpeto do índice S P, das 500 maiores empresas dos EUA.

"Seja qual for o resultado das eleições, investir no mercado americano continuará valendo a pena. É o maior mercado financeiro do mundo. Tem opções boas, embora esteja muito caro" Paulo Gala, professor da Fundação Getulio Vargas

"Mesmo com o aperto monetário de 2022 e 2023, a economia [americana] manteve ritmo satisfatório, com desemprego baixo e perspectiva de crescimento acima de 2,5% do **PIB** este ano" Silvio Campos Neto, sócio da Tendências

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032>

Haddad cancela viagem à Europa em meio a pressão do mercado por cortes

A viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Europa, prevista para hoje, foi cancelada a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo **comunicado** do ministério divulgado ontem. Conforme a nota, o ministro "estará em Brasília ao longo da próxima semana, dedicado aos temas domésticos".

Pela previsão anterior, Haddad ficaria fora do país até sábado. A programação da viagem não havia sido anunciada. "A agenda em questão será retomada oportunamente", diz a nota do ministério.

A viagem para a Europa afastaria o ministro do país em uma semana crucial para o governo, que é cobrado a apresentar o pacote de medidas de revisão de gastos. Prometido para "depois das eleições municipais", o ajuste nas despesas elevou as expectativas do mercado em relação ao potencial das medidas.

Apesar da pressão, o governo age em seu próprio ritmo, o que aumenta o nervosismo. Na semana passada, a turbulência ficou evidente principalmente na cotação do dólar, que disparou.

Na sexta-feira, a moeda americana fechou cotada a R\$ 5,8694, o segundo maior nível nominal da história, perdendo apenas para o fechamento de 13 de maio de 2020 (R\$ 5,9008).

Integrantes da equipe econômica reconhecem que o momento é delicado, mas têm seguido a orientação de Haddad de evitar vazamentos e antecipações sobre medidas fiscais. Enquanto isso, as propostas que circulam nos bastidores já enfrentam questionamentos técnicos e políticos. Por um lado, há dúvidas de como as despesas vão se encaixar nas contas. Por outro, há resistência no PT sobre redução em políticas sociais. O seguro-desemprego faz parte do debate (leia na página 6).

O governo avalia impor um limite de aumento real de 2,5% por ano para as despesas obrigatórias, colocando o mesmo limite do teto do arcabouço fiscal.

Uma proposta nesse sentido foi incluída em dois projetos de lei do Congresso para as emendas parlamentares. O governo também estuda estabelecer o mesmo limite para os pisos de saúde e educação e outros gastos obrigatórios.

Ainda sem alívio O cancelamento da viagem de Haddad foi bem recebido por analistas do mercado financeiro. Especialistas avaliam que, com a notícia, o pacote de corte de gastos deve avançar e pode ser anunciado nesta semana -o que, no entanto, ainda não é confirmado pelo governo.

- O dólar superou R\$ 5,80 e os juros explodiram. O cancelamento mostra que o governo se sensibilizou, indica um senso de urgência - observou o estrategista da Potenza Capital, Bruno Takeo.

A notícia, porém, não deve trazer grande alívio aos mercados, na avaliação de Pedro Moreira, sócio da One Investimentos. Embora a expectativa seja de que o ministro permaneça em Brasília para tratar da questão fiscal, Moreira diz que um maior controle das especulações só deve vir a partir de anúncios e medidas concretas: - O mercado já não está mais comprando esse corte de gastos. Quer resoluções práticas e concretas, anúncios, não mais promessas. Isso controlaria a parte de especulação que estamos tendo, as pressões em cima do câmbio e da **inflação**.

O que explica a situação

Confira três explicações para a alta do dólar nos últimos dias

INDEFINIÇÃO SOBRE CORTE DE GASTOS Apesar das sinalizações da equipe econômica de que está discutindo um pacote de redução de gastos, as medidas ainda não foram anunciadas. A indefinição sobre qual será o tamanho do corte e quando serão confirmadas incomoda o mercado. A recente declaração do ministro Fernando Haddad de que "não tem uma data" para o anúncio causou frustração, já que havia expectativa de que isso ocorreria logo após as eleições municipais.

COMPROMETIMENTO COM QUESTÃO FISCAL A demora e as diferentes versões sobre como será o plano também geram desconfiança sobre o real comprometimento do governo com a questão fiscal. O presidente Lula já deu uma série de declarações minimizando déficits e afirmando que recursos para áreas essenciais não podem ser considerados gastos. Em alguns setores do mercado, há a impressão de

que a equipe econômica não tem respaldo do Planalto para ajustar as contas.

CENÁRIO EXTERNO Além dos problemas domésticos, há fatores externos que pressionam o câmbio. O principal deles é a perspectiva de vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA. A agenda econômica baseada em medidas protecionistas e cortes de **impostos** valorizam o dólar frente a moedas de emergentes.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241104&edicao=30519>

Reforma tributária e exames médicos (Artigo)

BRUNO CARACIOLO É ADVOGADO ESPECIALIZADO EM DIREITO COMERCIAL E CONSULTOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS LOCADORAS DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS (ABLEM)

A escassez de equipamentos para exames médicos é um dos principais obstáculos para o Brasil oferecer uma saúde pública eficiente. Segundo o Datasus, o país possui 16,7 ressonâncias magnéticas e 33,3 tomógrafos para cada 1 milhão de habitantes. É pouco no país, mas a Bahia está em posição ainda pior.

Para cada um milhão de baianos, há apenas 14 ressonâncias e 22,9 tomógrafos -equipamentos necessários para o diagnóstico de tumores e doenças cardiovasculares entre outras. Na Alemanha, por exemplo, são 35,3 tomógrafos para cada 1 milhão de habitantes; no Japão, a proporção é de 111 para cada 1 milhão.

É inegável que o Brasil precisa aumentar a quantidade de equipamentos médicos. Sem essa melhoria, as filas do Sistema Único de Saúde (SUS) continuarão sendo um grave problema. Mas, para que o país atinja a média de ressonâncias da Alemanha, seriam necessários mais de R\$ 10 bilhões em investimentos.

Mas há uma solução. Desde 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permite a locação de equipamentos médicos, atraindo significativos investimentos para o segmento no país.

Estados e municípios não precisam desembolsar bilhões para adquirir novos equipamentos, pois podem alugá-los. O valor do aluguel poderia ser coberto pelos recursos repassados pelo SUS, já que a União repassa a cada mês aos estados e municípios os valores correspondentes aos procedimentos realizados.

Para cada exame de ressonância, é repassado R\$ 268,75. Com equipamento disponível para atender um número adequado de habitantes, a receita gerada é suficiente para cobrir o aluguel. Considerando que um equipamento de ressonância realize, em média, 20 exames diários, ele geraria R\$ 161.250,00 mensal. Essa receita é suficiente para pagar o aluguel e demais custos.

Entretanto, há uma grande ameaça ao modelo de

locação de equipamentos médicos na **Reforma Tributária** que tramita no Senado. O texto prevê a isenção de **tributos** na compra de ressonâncias magnéticas, o que é positivo, mas estabelece a tributação para a locação.

A proposta dobra o imposto cobrado dos equipamentos médicos e vai na contramão da política atual prevista para que a população mais carente, que mora em regiões mais distantes dos centros, tenha acesso a exames médicos antes que a doença seja um diagnóstico fatal.

Cabe ao Senado a decisão de incluir o aluguel dos equipamentos médicos na alíquota reduzida -assim como fez para a indústria - com impacto na alíquota geral será de 0,002, segundo estudo da Tendência Consultoria. Um acréscimo mínimo para um benefício social enorme que é oferecer diagnósticos precisos para a saúde da população.

Mercado espera "cortes já" após Haddad adiar viagem à Europa

(Nathália Garcia/Folhapress) (Constança Rezende, Adriana Fernandes e Leonardo Vieceli/Folhapress)

A viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Europa, nesta semana, foi adiada em meio ao recente estresse dos mercados brasileiros, com os investidores ainda decepcionados com os poucos sinais de avanço da agenda de corte de gastos. O ministro embarcaria hoje, mas a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estará em Brasília dedicado aos "temas domésticos", informou a pasta, por meio de nota.

A decisão é bem vista por especialistas, que esperam uma reação positiva dos mercados hoje. A expectativa é de que haja, em breve, o anúncio de medidas fiscais. O cancelamento da viagem foi uma surpresa "bem" positiva, segundo Bruno Takco, estrategista da Potenza Capital.

Por conta da indefinição com o pacote fiscal, na última sexta-feira o dólar à vista fechou no segundo maior nível da história, a R\$ 5,8694, em alta de 1,53%. "Visto que a situação está mais delicada, ver o governo focado em trazer uma resposta concreta e rápida é importante", concorda o economista da Manchester Investimentos, Thiago Lourenço.

De acordo com o economista-chefe do BV, Roberto Padovani, com o cancelamento da viagem, o governo anunciará alguma medida fiscal para reduzir as despesas da máquina pública. E, segundo o analista da Empiricus Research, Matheus Spiess, esse anúncio pode vir logo, talvez até o dia 8 ou 9. Já o estrategista-chefe do Gmpo Laatus, Jefferson Laatus, ve chance de algo sair ainda hoje.

"Imagine a pressão que não ficou em cima do Haddad, que teve de cancelar a viagem. Provavelmente terá de fazer algum anúncio nesta segunda-feira", estima. Mas, se o anúncio não agrada, Laatus decreta: "É dólar a R\$ 6".

O economista sênior da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto, afirma que só mesmo um anúncio de medidas mudará a dinâmica dos ativos brasileiros.

embate. Semana passada, surgiram notícias de que o governo estaria considerando mudanças no seguro desemprego e na multa de 40% de demissão sem

justa causa na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com as medidas de cortes, algo que foi negado pelo Ministério do Trabalho. Economistas consideram importante conter a dívida e evitar alta dos juros, que penalizam a produção e o consumo popular.

Por outro lado, um manifesto assinado por acadêmicos, economistas, pesquisadores, sindicalistas e parlamentares foi lançado contra as chamadas "políticas de austeridade fiscal" do governo federal, que "têm defendido abertamente que, para manter o arcabouço é necessária uma redução estrutural dos direitos sociais".

dívida. Em agosto, a dívida bruta do Brasil ficou em 78,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Já são 14 meses consecutivos de alta, trajetória iniciada em junho de 2023. O governo Lula já vê a dívida bruta acima de 81% do **PIB** a partir de 2026, último ano do mandato. Para Heren do Carmo, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), não está descartada a possibilidade de o índice beirar 5% neste ano.

Quarta-feira

Copom deve elevar taxa Selic a 11,25%

Com a piora no cenário econômico nos últimos 45 dias, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve acelerar o ritmo de alta de juros nesta quarta-feira para 0,5 ponto percentual, elevando a taxa básica Selic a 11,25% ao ano. Economistas veem necessidade de um choque maior de juros para levar a inflação para a meta.

Depreciação cambial, diante de incertezas no ambiente internacional com as eleições nos Estados Unidos, piora adicional nas expectativas de inflação e resiliência da atividade econômica colocam pressão adicional sobre a decisão do colegiado.

Na última sexta-feira, o dólar chegou a R\$ 5,8694, refletindo a inquietação do mercado financeiro enquanto o governo federal não anuncia seu pacote de corte de gastos. Em setembro, o Copom considerou em seu cenário de referência o dólar a R\$ 5,60. A forte alta da moeda em curto espaço de tempo traz impacto para as expectativas de inflação, que seguem se

distanciando do centro do alvo de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Ajuste fiscal Lula se nega a falar sobre pacote O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se recusou a falar sobre a definição das medidas do pacote de corte de gastos, ontem, durante visita ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no primeiro dia de provas do Enem 2024. Questionado sobre o tema, disse que não iria "discutir nenhum assunto que não seja sobre educação". "Nem Estados Unidos, nem Venezuela, nem Nicarágua. Hoje, o assunto é o Enem e o ministro Camilo (da Educação) já prestou as informações a vocês".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cancelou viagem à Europa para se dedicar à definição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Em encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Haddad buscou apoio para a PEC. O assunto não é consenso entre os apoiadores do presidente Lula, contrários a ideias de redução de investimentos e pessoal.

O cancelamento da viagem de Haddad à Europa não deve ser suficiente para acalmar sozinho o mercado financeiro e provocar uma grande queda do dólar nos próximos dias, dizem economistas.

"Havia uma certa clareza de que o Palácio do Planalto tinha resistência muito grande em fazer alguma coisa mais consolidada do ponto de vista fiscal. Então, simplesmente o Haddad continuar as conversas não significa que o presidente vai ceder", diz Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Medidas em estudo pela equipe econômica para redução de despesas O Limite e gatilho. Limite global para despesas obrigatórias com mesmo índice de correção do arcabouço fiscal: até 2,5% acima da **inflação** ao ano, com gatilhos de correção.

O Fundeb. Aumento de 30% para 60% da parcela dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que é contabilizada no piso constitucional da Educação.

O FNDCT. Desobrigara execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para 2025, o orçamento é de R\$ 10,3 bilhões, R\$ 4 bilhões a mais que o previsto para este ano. Sem a obrigação, o governo teria espaço para reduzir despesas.

O Seguro-desemprego. Descontar das parcelas o valor da multa sobre o FGTS.

O Supersalários. Limitar a poucas exceções o pagamento fora do teto do funcionalismo, que tem como base o salário dos ministros do STF: R\$44 mil.

O Abono salarial. Concessão do benefício, pago ao trabalhador com carteira assinada com até dois salários mínimos, seria por renda familiar per capita, limitada a um por família.

O BPC e auxílio-doença. Mais aperto nas regras para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda.

O Seguro-desemprego. Limitar gastos com benefício a pescadores artesanais no período da reprodução dos peixes, hoje vinculada ao salário mínimo (R\$ 1.412).

O Pisos de saúde e educação. Presidente Lula é resistente à mudança na aplicação mínima de recursos. Mas uma ala da equipe econômica ainda vê uma janela para aprovação da medida.

O DRU. Prorogar a Desvinculação de Receitas da União, que hoje permite ao governo usar livremente 30% das receitas com **impostos** e taxas vinculados a despesas. A DRU acaba no final do ano.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Consenso para alta de 0,50 ponto na taxa Selic

» ROSANA HESSEL

A penúltima reunião de 2024 do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, ocorre nesta semana em meio a uma nova escalada do dólar, que bateu R\$ 5,869 na sexta-feira - segundo maior patamar da história, perdendo apenas para maio de 2020, de R\$ 5,90. Esse novo patamar da divisa norte-americana contribui também para novas estimativas para os juros futuros e é reflexo, de acordo com analistas, do aumento das incertezas em torno da credibilidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no controle dos gastos públicos.

Além disso, as eleições presidenciais nos Estados Unidos, com aumento das apostas de uma vitória do republicano Donald Trump na votação de amanhã, têm ajudando a valorizar o dólar.

Com mais uma piora do humor do mercado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o fez cancelar uma viagem para a Europa nesta semana. O chefe da equipe econômica faria um tour pelas principais capitais do velho continente: Paris, Londres, Berlim e Bruxelas. E, de acordo com nota da pasta, Lula pediu ao ministro que ficasse em Brasília para focar em "temas domésticos". Ao ser questionado por jornalistas sobre o assunto, ontem, Lula ficou irritado e evitou falar de pacote de corte de gastos.

Ajuste difícil A viagem de Haddad não estava sendo bem-vista pelo mercado, que vem aguardando esse pacote desde o segundo turno das eleições. A sinalização de Haddad de que não haveria uma data só fez o dólar subir ainda mais e alguns analistas não descartam que a moeda norte-americana passe de R\$ 6 em breve. "Foi um mau sinal do governo de que não há uma boa ideia sobre o ajuste fiscal. Vai ser difícil o governo apresentar algo realmente relevante nos gastos", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, apesar dessa convocação do ministro pelo chefe do Executivo, apenas em 2027 será possível que o governo faça algo mais concreto no fiscal.

Para esta semana, as atenções do mercado estarão voltadas para o Copom, amanhã e quarta-feira (6), e para os dados da **inflação** de outubro que serão divulgados na sexta-feira (8). O consenso entre

analistas ouvidos pelo Correio é que o Copom vai acelerar o ciclo de aperto monetário, elevando a taxa básica da economia (Selic) em 0,50 ponto percentual, para 11,25% ao ano.

Em setembro, quando voltou a subir os juros, na contramão dos Estados Unidos, o Comitê elevou a Selic em 0,25 ponto percentual e não sinalizou quando poderia interromper o ciclo devido justamente à piora nas estimativas do mercado para a **inflação**.

Um dólar mais forte e cada vez mais perto de R\$ 6 acaba gerando mais pressões para a **inflação**, cujas projeções do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ultrapassaram o teto da meta, de 4,50%, e seguem acima do centro, de 3%, até 2027. Os especialistas já estão prevendo um novo patamar para a Selic no fim do ciclo de aperto monetário - que antes estava entre 12% e 12,50% ao ano. Agora, os mais pessimistas chegam a prever que a taxa básica poderá subir para algo entre 13% e 14% anuais.

"O grande debate do Copom será sobre a extensão do ciclo de aperto monetário. O BC acelera o ritmo para 0,50 ponto percentual por conta da **inflação** mais elevada, mas essa discussão não é uma preocupação apenas aqui no Brasil. Mas a situação fiscal mais expansionista, o impacto do mercado de trabalho aquecido e a crise climática sugerem uma **inflação** mais resiliente e, no Brasil, está claro que o Copom vai acelerar o aumento dos juros", afirma Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Logo, o consenso entre os analistas é de que o ritmo de alta dos juros acelera, mas não muito, e isso vai depender dos anúncios do governo na área fiscal. O consenso é de que não haverá surpresa no próximo Copom e a taxa Selic vai subir 0,50 ponto percentual.

"O Copom vai manter o ritmo esperado e ajustar, se precisar, na próxima reunião. Com a **inflação** em risco de ficar acima do teto, o BC poderá ter que ser mais agressivo. O real mais depreciado vai piorar muito as expectativas de **inflação** e sobrar para o fiscal uma mudança mais agressiva para mudar essa trajetória", explica Sergio Vale.

Pressões crescentes Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reconhece que os cenários

doméstico e externo deram uma piorada desde a última reunião do Copom, com Trump com chances de vencer a eleição e o dólar mais forte. Por isso, o aumento de 0,50 ponto percentual na taxa Selic é o mais provável, na avaliação dele que pretende revisar o cenário após o Copom elevar a projeção para a Selic no fim desse ciclo de ajuste monetário. "Atualmente, ainda mantemos a nossa previsão oficial de 12%, mas as medidas de cortes de gastos não estão muito claras, e as autoridades sinalizam algum ajuste só em 2026, que é um ano eleitoral, algo pouco provável", afirma.

Megale lembra que as despesas públicas seguem aumentando há três anos, com isso, "o desafio da política monetária será maior". Ele reconhece que o patamar mais provável para a Selic no fim do ciclo está passando para 13% ao ano e destaca que o aumento dos preços da carne e da energia também estão ajudando a pressionar o IPCA. "A **inflação** está mais acima do topo da banda do que da meta e tudo desemboca na conclusão de que a **inflação** 18 meses para frente, que é o horizonte relevante para o qual o Banco Central olha, seguirá mais perto de 5% do que de 3%", explica.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, ressalta que o câmbio mais valorizado é um risco para a **inflação** prospectiva, e a previsão atual dela para o IPCA, de 4,5% no fim do ano, tem chance de sofrer nova revisão para cima, assim como o ciclo de ajuste monetário, atualmente de 200 pontos-base, ou seja, de uma Selic terminal de 12,50%. "As expectativas de **inflação** estão desancoradas e o próprio cenário de atividade.

Os números estão bons (no terceiro trimestre do ano) e isso reforça a avaliação de que será necessário uma política monetária mais apertada." Na avaliação do economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central e consultor externo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Banco Central não tem alternativa a não ser acelerar o ritmo de aumento da taxa Selic, porque a **inflação** deste ano está subindo e acima do teto da meta. "O BC já deveria ter elevado os juros antes, agora, ele vai ter que continuar aumentando a Selic, mas o Copom tem um limite para subir os juros. Se ele subir demais, também será um problema para a atividade econômica", explica.

Pelas estimativas do ex-diretor do BC, se o Copom for bastante rigoroso e o BC for independente de fato, a Selic deverá terminar o ciclo de alta em 13,50% ao ano.

Isso será um desafio para o futuro presidente do BC, o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo.

Ele assumirá o cargo em janeiro de 2025 e vai ter que encarar esse desafio de preservar a credibilidade do BC junto ao mercado financeiro e provar que não haverá interferência política na instituição, como ocorreu no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. "Os modelos mostram que a Selic precisará chegar a 13,50% e o Banco Central precisará mostrar que tem credibilidade.

Esse é o grande problema.

O novo presidente do BC precisará ganhar credibilidade e, para isso, deverá agir tecnicamente.

E, nesse sentido, vai ter que aumentar os juros", explica. Agora, se houver mudança da meta, o BC não vai precisar subir tanto a Selic. "A economia interna mais aquecida pede mais taxa de juros e não tem muita alternativa, porque no cenário externo também há muita incerteza e a **inflação** dos Estados Unidos não está cedendo também como esperavam", acrescenta Freitas.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), reforça que não há dúvidas de que a piora das expectativas de **inflação** e o real mais desvalorizado contribuem para um aperto maior na política monetária. "Os choques de oferta podem contaminar os núcleos e a atividade e mercado de trabalho passam por uma desaceleração, mas muito gradual.

E por fim, o risco fiscal aumentou", afirma. Por enquanto, ela prevê a Selic terminando o ano em 11,75%, em linha com o mercado, e mais um ajuste de 0,25 ponto percentual em janeiro. "E, depois, a Selic deverá ficar nesse patamar por um bom tempo, sem previsão de queda", aposta.

Em artigo do Boletim do Ibre, assinado com o economista Armando Castelar, Silvia Matos defende um ajuste fiscal urgente.

"Desde o fim de 2022, o Brasil vem experimentando uma sensível deterioração fiscal, com forte aumento dos gastos e persistente elevação da dívida pública. Isso sem que sejam adotadas medidas capazes de dar resposta adequada aos riscos daí decorrentes. Pelo contrário, o que se viu foram sucessivas propostas de mais e novos gastos, como se o problema não existisse", destaca o texto, lembrando que a dinâmica das contas públicas está parecida com a das vésperas da grande recessão de uma década atrás, quando o déficit nominal estava em 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Os modelos mostram que a Selic precisará chegar a 13,50% e o Banco Central precisará mostrar que tem credibilidade. Esse é o grande problema. O novo presidente do BC precisará ganhar credibilidade e, para isso, deverá agir tecnicamente" Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e consultor da CNC

"A **inflação** está mais acima do topo da banda do que da meta e tudo desemboca na conclusão de que a **inflação** 18 meses para frente, que é o horizonte relevante para o qual o Banco Central olha, seguirá mais perto de 5% do que de 3%" Caio Megale, economistachefe da XP Investimentos

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6599/04-11-2024.html?all=1>

Câmara deve votar novas regras para emendas

CAMILA TURTELLI *camila.turtellrgrbsb.oglobocom.br*
BRASÍLIA

Está na pauta de votação na Câmara a urgência e o mérito do projeto de lei sobre emendas parlamentares apresentado pelo deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA). Com aval de governo, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF), o texto estabelece limites para os repasses e tenta resolver o impasse em torno dos recursos, que se encontram bloqueados. A previsão dos líderes é que a apreciação ocorra entre hoje e amanhã.

Pereira Junior é da base governista e aliado do ministro Flávio Dino, do STF, responsável pela decisão que travou as emendas. Segundo o parlamentar, o texto foi elaborado em conjunto por Câmara, Senado, Casa Civil, Advocacia-Geral da União (AGU) e Supremo.

Ainda não há sugestões de modificações ao texto apresentadas por outros parlamentares, mas o deputado Zé Vitor (PL-MG) deve protocolar uma outra proposta. Na oposição, há críticas de que o texto de Pereira Junior é "muito governista".

LIMITE PARA REPASSES

O texto do deputado petista estabelece prioridade de repasse para obras estruturantes, coloca o limite de emendas de bancada em oito indicações e restringe o crescimento das emendas parlamentares com base nos projetos de lei orçamentária anual.

Ainda de acordo com o projeto, para o exercício de 2025 o limite será fixado no montante já previsto na Constituição (atrelado à receita corrente líquida), mais R\$ 11,5 bilhões para emendas de comissão. Já para 2026, a correção deverá seguir a regra do arcabouço fiscal, que é a **inflação** mais uma variação que pode chegar a 2,5%.

Um dos principais pontos de questionamento do STF, as emendas de comissão seguem sem a obrigatoriedade de tornar público qual parlamentar foi o autor daquela indicação. Pela proposta, cada comissão receberá os pedidos de indicação dos líderes partidários e, na sequência, eles serão votados pela comissão pertinente. Essa é a única modalidade que não é impositiva, ou seja, o governo não tem

obrigação de pagar.

O texto prevê que essa modalidade de emenda deverá identificar "de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas". A destinação para ações e serviços públicos de saúde será de no mínimo 50%, observadas as programações prioritárias e os critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já nas emendas individuais - categoria em que os parlamentares podem fazer o uso da "emenda Pix", a transferência especial que cai direto no caixa dos municípios -, o autor deverá informar o objeto e o valor da transferência quando da indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas. Nesta modalidade, os recursos ficam sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado vê alta da Selic a 11,25% nesta semana

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsboglobo.com.br*
BRASÍLIA

O Banco Central deve pisar no acelerador e aumentar o ritmo de alta de juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) desta semana, a primeira após a aprovação de Gabriel Galípolo para comandar a instituição em 2025. Com preocupações fiscais e o dólar alto, a expectativa é que o Copom eleve a Selic em 0,50 ponto percentual (p.p.), para 11,25% ao ano, de acordo com expectativas do mercado. A decisão deve unir os nove diretores, inclusive Galípolo e o atual presidente, Roberto Campos Neto.

Em setembro, o comitê retomou o ciclo de alta com um aumento de 0,25 p.p. De lá para cá, o cenário é de **inflação** mais acentuada, com a alta do dólar, e há mais ceticismo com o ajuste fiscal. No último encontro do Copom, o câmbio considerado foi de R\$ 5,60, mas a moeda americana fechou em quase R\$ 5,87 na sexta-feira passada, o maior patamar desde a pandemia.

ECONOMIA AQUECIDA

Pesam na decisão também dados que reforçam uma economia sobreaquecida no Brasil, o que tende a elevar preços. Há ainda tensão com as eleições americanas.

Na Tendências Consultoria, a expectativa é de aumento da Selic a 11,25%, seguido de mais duas altas de 0,50 pp e uma de 0,25 p.p., encerrando o ciclo de aperto em 12,5%.

-Com essa piora adicional de ambiente e a renovação dos números fortes do mercado de trabalho, o Copom precisa dar uma resposta mais firme, acelerar o ritmo de aperto -diz o sócio da consultoria, Silvio Campos Neto.

A Terra Investimentos também espera que a Selic atinja 11,25% na quarta-feira e passou a prever aumento para 13% até o fim do ciclo, diante da economia sobreaquecida, do "persistente" descolamento das expectativas de **inflação** e "da falta de visibilidade em relação à política fiscal".

A instituição também pontua que a nova composição do Copom ainda precisa ser testada. Na reunião, o BC

terá dois presidentes aprovados, embora só um empossado - algo inédito. Para o economista-chefe da consultoria, João Maurício Rosai, haverá unanimidade na decisão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com juros em alta, momento é favorável ao Tesouro Direto

CRIS ALMEIDA *economial@oglobo.com.br*

A porta aberta deixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para a taxa básica de juros (Selic) contribuiu para escancarar a volatilidade dos títulos públicos no último mês. Só em outubro, a Secretaria do Tesouro Nacional suspendeu as negociações dos papéis do Tesouro Direto quatro vezes durante os pregões, quando as taxas dispararam a ponto de alcançarem patamares históricos.

-As taxas permanecerem em níveis atraentes por dias consecutivos após períodos de grande estresse mostram que o cenário está consolidado, por ora, e que o investidor que ainda não comprou títulos precisa acordar -diz Gabriela Joubert, estrategista-chefe do banco Inter.

Atualmente, os juros do Tesouro Prefixado -títulos que não são atrelados a qualquer indexador e o investidor sabe na hora da compra quanto vai receber no vencimento - romperam a barreira dos 13% dia sim, dia não. Já os atrelados à **inflação**, conhecidos como Tesouro IPCA+ - que paga a variação da **inflação** mais uma taxa prefixada -estão cada vez mais próximos de IPCA+7%. Na semana passada, o título com vencimento em 2029, o mais curto da modalidade, chegou a oferecer retorno de IPCA + 6,99% ao ano pela primeira vez desde que começou a ser negociado, em fevereiro do ano passado.

MAIS ALTAS À FRENTE

A taxa básica de juros está hoje em 10,75%. O mercado projeta Selic a pelo menos 11,25% em 2025, de acordo com o Boletim Focus. Se confirmada a previsão, os juros do Tesouro Direto devem responder com mais altas.

O especialista em renda fixa da Genial Investimentos, Luigi Wis, diz que o cenário de juros mais altos no médio prazo aponta para tempos férteis para o investidor de renda fixa, em especial o do Tesouro Direto: -Existem boas oportunidades e bons rendimentos na renda fixa, seja na modalidade que for. Hoje, todos os indexadores, seja no prefixado, no IPCA+, no Tesouro Selic, todos vão te dar uma rentabilidade bastante atraente. É um bom momento para buscar oportunidades de investimentos.

O Tesouro IPCA+ com vencimento em 2029 é destaque entre as recomendações da Genial Investimento. A escolha leva em conta a visão de que o título vive o com-bo perfeito para o momento: taxa em nível interessante, mais a proteção contra a **inflação**. Isso porque, como o título paga o indicador **IPCA** do período mais uma taxa prefixada (hoje em torno de 7%), o investidor lucra enquanto fica blindado contra o aumento dos preços.

Analistas do banco Inter defendem títulos IPCA+ com vencimentos mais longos. "Historicamente, as taxas dos títulos do Tesouro Direto dificilmente ficam consistentemente acima do que temos visto hoje. Para quem tem um horizonte mais longo de investimento, essa pode ser uma estratégia excelente."

CAUTELA COM PREFIXADOS

O investimento no Tesouro Selic 2029 também aparece na lista de recomendações da Genial, no cenário atual. O título, que como o nome diz segue o desempenho da taxa Selic, se beneficia diretamente de períodos de juros altos, como o atual. O papel também tem alta liquidez, o que o torna ideal para investidores que precisam de flexibilidade na alocação de recursos.

Quanto aos papéis prefixados -aqueles que o investidor compra já sabendo qual retorno terá no final -o momento também é de oportunidades, mas com um pouco mais de cautela quanto ao prazo e o volume investido. O especialista em renda fixa do Inter, Rafael Winalda, alerta que essa pode não ser uma boa opção para aqueles investidores com necessidade de liquidez.

-Os prefixados têm muita volatilidade. Acredito que é recomendado para os investidores mais experientes - diz.

Para quem já tem título prefixado na carteira, comprado antes da recente disparada, o estresse do momento não deve virar impulso de se desfazer do papel antecipadamente. Um dos maiores erros apontados pelos analistas é vender o título prefixado para recomprar a uma taxa de retorno mais atraente. Vender antes do prazo pode gerar um prejuízo financeiro porque o valor da venda será o negociado

no momento da venda, que muda todos os dias, somado a uma taxa de resgate e a questões tributárias.

-Se você comprou a uma taxa mais baixa e agora as taxas estão mais altas, no caso de venda o investidor assume o prejuízo, e não faz sentido recomprar o mesmo título apenas pelo retorno. Se a ideia é manter até o vencimento, o ideal é aumentar a exposição aproveitando as taxas maiores ou diversificar com outros títulos do Tesouro -diz Winalda.

ESPERA ATÉ O VENCIMENTO

Pode parecer contraintuitivo, mas a relação de taxas e preços dos títulos é inversamente proporcional. O que significa dizer que, tanto nos papéis prefixados quanto naqueles indexados ao IPCA, quanto maior a taxa, menor o preço e vice-versa. Quando as taxas sobem, portanto, apesar de ser uma boa notícia para quem vai investir -já que assegura rentabilidade maior se mantiver a aplicação até o vencimento, o valor dos papéis diminui, o que implica em perda temporária para quem possui os títulos na carteira.

Winalda é mais cuidadoso com a modalidade dos prefixados porque o cenário fiscal do Brasil vive um período de muitas incertezas. A demora do governo em anunciar cortes de gastos para conter o déficit público amplificou o mau humor do mercado e foi o principal motivo para a disparada das taxas na semana passada. Por isso, os analistas são unânimes na recomendação de que o melhor a fazer em momentos de incertezas é levar o investimento até o vencimento. Essa é a única forma de garantir que o que foi contratado na hora da compra vai se cumprir.

RISCO É BAIXO, MAS EXISTE

Apesar de os títulos do Tesouro Direto serem considerados investimentos de baixíssimo risco, isso não quer dizer que eles são imunes. Na renda fixa, o principal risco é o de crédito, que se refere à chance de o governo não cumprir o pagamento acordado na data de vencimento.

No entanto, os analistas dizem que dificilmente o governo deixaria de cumprir com as suas obrigações financeiras, ao menos que ocorresse uma falência dos cofres públicos. Nesse cenário, a economia do país estaria em grande crise, e não há nada que indique algo nesse sentido.

Há ainda o risco de ocorrer perda financeira decorrente da volatilidade ou instabilidade do mercado de títulos públicos. Apesar de ser uma questão mais presente na renda variável, o resgate antecipado deixa o título de renda fixa exposto às mudanças diárias dos

preços e taxas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas pedem cortes "estruturantes"

Marcelo Osakabe De São Paulo

As incertezas sobre o pacote de revisão de gastos prometido pela equipe econômica têm elevado a tensão nos mercados locais, e economistas afirmam que o governo precisa ir além de medidas pontuais para virar o jogo e trazer uma narrativa mais construtiva para 2025 e os próximos anos.

O volume de propostas que vêm sendo aventadas nos últimos dias, bem como os desmentidos da equipe econômica, dificulta a projeção do que pode surgir no anúncio final. Apesar das incertezas, no entanto, um pacote que gire em torno de R\$ 30 bilhões passou a ser tratado como o patamar mínimo ou "ponto focal" das expectativas de analistas, embora o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já tenha dito desconhecer como esse número projeção chegou ao noticiário.

Ainda que os cortes venham a se aproximar dos R\$ 30 bilhões, o anúncio pode decepcionar a depender da composição das medidas, segundo o economista do Itaú Unibanco Pedro Schneider.

Em sua avaliação, se o anúncio for, essencialmente, um reempacotamento de anúncios já feitos, como o combate a fraudes em programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a contabilização de emendas parlamentares para fins do mínimo da saúde, a recepção dos investidores pode ser ruim.

"São medidas que estão mais relacionadas aos R\$ 26 bilhões em cortes para 2025 já prometidos pela equipe econômica em julho. Não é um esforço novo." Ele considera, porém, que para chegar a esses R\$ 30 bilhões, o governo precisará lançar mão de novas medidas, de caráter pontual.

Entre elas, mudanças nas regras do seguro-desemprego e da multa do FGTS, dos critérios de enquadramento do abono salarial e também o aumento do percentual da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação Básica (Fundeb) para fins de cumprimento do piso da educação.

"Para surpreender o mercado, o ideal é trazer algo estrutural, na linha do que o ministro Haddad tem apontado", continua Schneider.

"A questão é que mesmo isso está aberto a

interpretação. Um teto de crescimento igual ao do arcabouço fiscal [de 2,5%, descontada a inflação] para despesas significativas, como saúde, educação e benefícios, eu acho positivo. Para linhas como a despesa do funcionalismo, por outro lado, é negativo, porque ela cresce menos do que 2,5% normalmente." O economista, no entanto, se coloca no grupo que espera um pacote contendo propostas já anunciadas e algumas de caráter pontual. "A gente acha difícil vir medidas estruturais, embora reconheça que o ministro tem sinalizado esforço nesse sentido." Roberto Secemski, economista-chefe para o Brasil do Barclays, também foca a qualidade das medidas anunciadas, mais do que o valor do pacote em si. "É compreensível que se procure um número como forma sucinta de representar o tamanho do esforço.

Mas ele também precisa ser analisado em relação ao que representa em termos de corte de gasto ou somente de diminuição da velocidade de crescimento da despesa obrigatória." No primeiro grupo, explica, estão propostas como a redução do abono salarial e aperto das regras do BPC, mas também desindexação de aposentadorias e outros benefícios ao salário mínimo - medida que foi vetada pelo presidente Lula. No segundo, alternativas como mudanças na contabilização do Fundeb e também nas emendas parlamentares para o piso da saúde.

Dobrar a parcela que a União contabiliza para fins do mínimo da educação de 30% para 60% liberaria cerca de R\$ 17 bilhões em gastos obrigatórios em 2025, exemplifica Secemski. Este espaço, no entanto, tenderia a ser ocupado por outras despesas discricionárias, já que o limite global para o crescimento das despesas vem do arcabouço fiscal.

"Medidas desse tipo representam uma reorganização que diminui a pressão do aumento do gasto obrigatório. Essa racionalização é bem-vinda, mas reforça apenas a primeira perna do arcabouço, que é o limite de gastos. A segunda é a meta de resultado primário e, quando se pensa no objetivo final da política fiscal, que é chegar à estabilização da dívida e, com isso, conquistar credibilidade, apenas a primeira perna não atinge, sozinha, esse objetivo", resume.

Para Secemski, é um raciocínio que pode ser transportado para o momento do bloqueio ou contingenciamento de gastos. "Propostas como a que envolve o Fundeb reduzem o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias e, com isso, a necessidade de bloqueios.

Mas não garantem a redução da despesa total do governo, então não diminuem a necessidade de contingenciamentos, que visam atender a meta de resultado primário", diz. "Esses contingenciamentos continuarão sendo decididos a cada bimestre, no relatório de receitas e despesas, e sujeitos à vontade e à capacidade política de cada momento." Essa é uma crítica, segundo ele, que também pode ser dirigida à proposta de criar um limite de crescimento de 2,5% sobre todas as despesas, outra ideia que passou a circular recentemente. "Criar gatilhos de teto sobre os gastos obrigatórios sem enfrentar as causas desse crescimento é como criar um arcabouço dentro do arcabouço.

Isso não resulta em ganho imediato de credibilidade, porque no fundo permanece o aumento inexorável dos gastos com salário mínimo e benefícios indexados", afirma.

"O ideal seriam medidas mais perenes, como desindexar benefícios do mínimo." Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander, tem uma avaliação um pouco diferente. Em sua opinião, medidas estruturais que visam o médio prazo são importantes, mas o foco, neste momento, é dar mais segurança de que a regra de despesa será cumprida já em 2025.

Ele pondera que alterações de caráter mais estrutural, como um teto de 2,5% para a valorização do salário mínimo, certamente melhoram a perspectiva no médio prazo, mas a economia imediata não é tão relevante, algo como R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões no próximo ano. Da mesma forma, aplicar o teto para os mínimos de saúde e educação também não gera grande economia no curtíssimo prazo, abaixo de R\$ 5 bilhões.

"O ideal é que medidas de curto e médio/longo prazo caminhem juntas, mas a gente sabe que medidas mais estruturantes levam seu tempo", ressalta o economista. Ele acrescenta que o encaminhamento do pacote via Proposta de Emenda Constitucional (PEC), como o governo já indicou que fará, constitui um desafio adicional e eleva o risco de torná-la efetiva apenas em 2026.

O Santander defende a aprovação de um pacote de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões para 2025 e 2026, mas Ítalo considera imprescindível a sinalização de uma economia de ao menos R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões somente no próximo ano. "É um valor mínimo que traria visibilidade sobre o tema. Mas é preciso mais, algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 30 bilhões apenas para 2025." "Estamos em um ponto de inflexão.

Quanto maior o pacote, mais significativa a ancoragem

que o governo vai conseguir fazer em relação ao fiscal e maior o efeito sobre o prêmio de risco que se vê no mercado hoje", resume Franca.

Economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, avalia que o único gatilho para uma melhora da percepção dos mercados sobre a situação fiscal do Brasil é o governo sinalizar um horizonte para do déficit fiscal.

"A despesa primária como proporção do **PIB** saiu de 18% no governo Jair Bolsonaro, está perto de 20% por causa de despesas extraordinárias, como os gastos no Rio Grande do Sul, mas o atual governo deve entregar perto de 19%. Já a receita líquida, descontadas transferências, saiu de 17% do **PIB** e chegou hoje a 18,5%. Então existe, estruturalmente, um déficit primário de 0,5% do **PIB**. O que o governo precisa fazer é fechar esse déficit", resume.

Até pela quantidade de opções aventadas nas últimas semanas, o ex-secretário dos ministérios da Fazenda e da Economia entre 2018 e 2020 prefere não apontar quais medidas poderiam ser adotadas para atingir o objetivo. Ele salienta, no entanto, que o importante é que o governo comece a fazer escolhas de política pública.

"O problema é que desde 2023, o atual governo não deu sinais de respeito à restrição orçamentária.

O ministro Haddad reclama que assumiu várias receitas obrigatórias que vieram sem indicação de fonte, como Fundeb e Bolsa Família, mas o governo anterior, a despeito disso, compensava esse maior gasto com escolhas como a não valorização real do salário mínimo e a suspensão dos mínimos da saúde e educação." Em relatório a clientes, o HSBC sugere que alterações em abono salarial, seguro-desemprego e auxílio doença, BPC e Fundeb podem garantir uma economia de até R\$ 40 bilhões. "Um anúncio do tipo seria positivo para o mercado, não por causa do valor em si, mas porque teriam caráter duradouro, impactando os orçamentos de 2026 em diante", diz o relatório assinado pelo economista Daniel Lavarda.

O economista ressalta que um corte desse tamanho não altera o cenário "pouco construtivo" do banco para a dinâmica da dívida brasileira, mas assegura que o crescimento real da despesa não exceda o limite de 2,5% até pelo menos 2026.

Por outro lado, segue, "um resultado negativo seria um conjunto de medidas opacas, cujos impactos são difíceis de medir.

Neste caso, o pacote seria recebido com ceticismo pelos mercados mesmo que chegue a R\$ 30 bilhões a

R\$ 50 bilhões."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032?page=1§ion=1)**

Volatilidade do Ibovespa cai e pode reduzir apelo da bolsa

Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Em um período em que a bolsa caminha para o menor giro financeiro desde 2019, a volatilidade implícita média do Ibovespa - medida a partir da oscilação de preços das opções do índice - está abaixo do piso observado em 2023, o que tem chamado a atenção do mercado. De acordo com especialistas ouvidos pelo **Valor**, a combinação desses dois movimentos pode intensificar o desinteresse de investidores e reduzir ainda mais a participação da renda variável como classe de ativo nos portfólios.

No acumulado de janeiro a outubro deste ano, a volatilidade implícita média ficou em 16,63 pontos, abaixo do piso registrado no ano passado. A referência para isso é o índice S P/B3 Ibovespa VIX, lançado em março deste ano, mas que apresenta dados retroativos desde maio de 2021. Nos dez primeiros meses de 2022, a média do índice chegou a 26,06 pontos. Um ano depois, em 2023, caiu para 21,33 pontos no acumulado do mesmo período.

O indicador mostra a volatilidade de 30 dias implícita nos preços das opções do Ibovespa, ao compilar as expectativas de compradores e vendedores sobre a oscilação do principal índice da bolsa brasileira.

Para uma parcela dos profissionais de mercado, as eleições americanas, as questões fiscais e a perspectiva de intensificação da corrida eleitoral no Brasil, a partir do ano que vem, podem voltar a aumentar a oscilação esperada pelos agentes.

Dados da B3, compilados pelo Valor Data, apontam que a volatilidade implícita média do Ibovespa chegou a 18,39 pontos considerando apenas o mês de outubro.

O estrategista de ações da Santander Corretora, Ricardo Peretti, cita algumas hipóteses para o recuo da volatilidade, como o período prolongado de juros elevados no Brasil, com a Selic acima de 10% desde fevereiro de 2022. "É inegável que instrumentos de renda fixa estão se tornando mais relevantes, o que inibe posições em bolsa. O próprio noticiário corporativo tem menos influência sobre as ações porque a Selic está alta." Peretti destaca, ainda, a piora fiscal como um dos fatores que podem ter gerado uma oscilação mais baixa que a média de anos

anteriores, assim como o volume financeiro menor do Ibovespa. Em outubro, o giro financeiro médio diário ficou em R\$ 14,6 bilhões - valor bem abaixo da média de R\$ 31,9 bilhões por dia registrada no primeiro trimestre de 2021, quando o montante atingiu o pico dos últimos cinco anos.

"A combinação de um volume financeiro menor com volatilidade mais baixa deve levar a uma procura menor por proteção. Operações com derivativos e opções também tendem a diminuir, pois o próprio preço das opções fica menor. Em um segundo momento, isso deve levar a um maior desinteresse dos investidores pela bolsa", diz Peretti.

Ele lembra que, normalmente, a busca por proteção aumenta em momentos de volatilidade alta, quando há oscilações atípicas de preço ou riscos de cauda.

O sócio-fundador da Fundamenta Investimentos, Valter Bianchi, avalia que a combinação de um volume financeiro e de uma volatilidade implícita menores já reflete alguma perda de participação da renda variável como classe de ativos nos portfólios. "Uma coisa é a bolsa negociar quase R\$ 30 bilhões; outra é negociar R\$ 15 bilhões", diz. "Com menos liquidez, o mercado fica menos conectado aos fundamentos e a arbitragem dos preços é menos eficiente. O capital de players relevantes deixa de vir para cá", afirma Bianchi, que reconhece o momento mais difícil do mercado.

Embora os dados da B3 mostrem um recorte menor no tempo, o gestor de renda variável Daniel Utsch, da Nero Capital, avalia que mudanças estruturais na composição do Ibovespa ao longo dos anos também ajudam a entender a redução da volatilidade em janelas de prazo um pouco mais longo.

Entre as principais transformações, ele cita a diminuição da alavancagem das empresas e a melhora na gestão das companhias mais representativas no índice - casos como Vale e Petrobras. "A Vale era uma empresa alavancada em 2015. Hoje, se você descontar a provisão para Mariana, é caixa líquido. A Petrobras era extremamente alavancada, com a maior dívida corporativa do mundo. Se ela não tivesse pago os elevados dividendos dos últimos anos, sem contar as mudanças da IFRS 16, estaria até com caixa líquido. Foi uma mudança muito significativa", destaca.

O avanço na gestão de empresas também ocorreu entre estatais, como Eletrobras e Sabesp, que reduziram suas dívidas e foram privatizadas, lembra Utsch. Ambas são relevantes para a bolsa, o que ajudou a reduzir a volatilidade média.

Apesar do aperfeiçoamento de algumas empresas, o executivo da Nero diz que "o Brasil foi mal", o que se traduziu em um nível elevado de juros e na desancoragem das expectativas de **inflação** de médio prazo - fatores que penalizaram ações ligadas ao ciclo doméstico nos últimos anos. Assim, papéis dos setores de construção civil e varejo deixaram de fazer parte do Ibovespa, como é o caso de PDG e Casas Bahia, ou se desvalorizaram e tiveram participação reduzida - casos de Azul e Magazine Luiza.

"Em sua maioria, os ativos desses setores tiveram desempenho muito ruim e perderam relevância. Antes, representavam de 35% a 40% do índice, mas hoje são menos de 10%. E as ações desses setores têm alta volatilidade", observa Utsch. Para ele, a relação entre o duration (prazo médio) do fluxo de caixa das empresas e a volatilidade implícita dos ativos é proporcional e tende a aumentar em companhias com perspectivas de crescimento a longo prazo.

Na bolsa local, setores com duration curto, como commodities e grandes bancos, ganharam relevância, enquanto ativos cíclicos domésticos, com uma perspectiva de crescimento no longo prazo, perderam importância, aponta Utsch. A tendência é oposta ao que aconteceu nos Estados Unidos, onde as "big techs", como Nvidia, Meta e Alphabet, têm forte crescimento associado a um duration longo e se tornaram mais relevantes, aumentando a volatilidade do índice Nasdaq em comparação com o S P 500, observa o gestor.

"No Brasil, não temos empresas com essa característica. As companhias que existiam com esse perfil não foram bem, perderam relevância e, eventualmente, até saíram do índice. O Ibovespa se tornou um índice com um duration médio menor dos fluxos de caixa e, portanto, isso também diminuiu a volatilidade", afirma Utsch.

O economista-chefe da Ágora Investimentos, Dalton Gardimam, observa que a volatilidade implícita, por si só, não deve ser encarada como fator determinante na hora de investir. "Nos EUA, há um certo temor quando existe uma volatilidade baixa, pois indica que a calma total precede a tempestade. Mas não gosto de trazer esse conceito para cá, porque são mercados muito distintos", explica.

Gardimam reitera que o indicador sinaliza processos

que estão ocorrendo na economia, mas "não necessariamente aponta para onde o investidor quer olhar, que é se o preço do ativo vai subir ou cair".

"Em sua maioria, os ativos de setores cíclicos tiveram am performance muito ruim e perderam relevância" Daniel Utsch

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188032>

Copom deve acelerar ritmo de alta da Selic

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Confrontado com uma piora do cenário econômico e das condições financeiras desde setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deve se ver obrigado a ser mais agressivo no processo de aperto iniciado há 45 dias. Uma aceleração do ritmo de alta da Selic para 0,5 ponto percentual é dada como certa no mercado financeiro, que tem revisado para cima as expectativas para a trajetória da taxa básica de juros e, ainda assim, continua a projetar uma **inflação** cada vez mais distante do centro da meta de 3% ao longo do horizonte relevante.

Das 125 instituições financeiras consultadas pelo Valor, apenas três veem um aumento menor, de 0,25 ponto, no juro básico nesta semana. Todas as outras esperam que o Copom seja mais célere e eleve a Selic em 0,5 ponto, a 11,25% ao ano, já que há uma sensação de deterioração relevante do ambiente econômico. A lista de motivos é extensa: o câmbio sofreu depreciação adicional e já encosta em R\$ 5,90 por dólar; a **inflação** corrente mostra uma composição mais negativa; o mercado de trabalho segue aquecido; e a desancoragem das expectativas de **inflação** se intensificou no Boletim Focus e no mercado de **inflação** "implícita".

O resultado do levantamento guarda semelhança com o que o mercado tem embutido nos preços dos ativos. Na curva de juros, a probabilidade de um aumento de 0,5 ponto está em 74%, contra 26% de chance de uma alta de 0,75 ponto.

Já no mercado de opções digitais, a possibilidade de um aumento de 0,5 ponto terminou a sexta-feira em 86%, enquanto as chances de um aperto ainda mais agressivo, de 0,75 ponto, ficaram em 10%.

O superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, Fernando Gonçalves, avalia que houve mudanças "importantes" desde setembro que justificam a aceleração do ritmo de aperto e cita como exemplo a desvalorização da taxa de câmbio. Se, na reunião passada, o BC utilizou no cenário o dólar a R\$ 5,60, agora o câmbio a ser incorporado nos modelos coloca a moeda americana a R\$ 5,75.

"Isso embute um impulso importante para a **inflação**. Também estamos vendo um mercado de trabalho cada vez mais apertado; expectativas de **inflação**

acima da meta; e ainda há uma incerteza grande sobre o processo eleitoral nos Estados Unidos, que, a depender do resultado, também dá uma noção de que os juros podem cair menos por lá. Tudo isso traz uma visão de uma taxa um pouco maior no Brasil", afirma Gonçalves.

O processo de revisão para cima nas expectativas do mercado para a Selic teve início após o Relatório de **Inflação** (RI) do terceiro trimestre mostrar de forma detalhada as projeções do Copom, que seguem acima da meta ao longo de todo o ano de 2026 e até mesmo no primeiro trimestre de 2027. Isso levou parte do mercado a interpretar, portanto, que o nível necessário de juros para levar a **inflação** de volta a 3% deveria ser ainda maior.

Para que a **inflação** venha a convergir à meta de 3% dentro do horizonte relevante, o Copom teria de aumentar a Selic para, pelo menos, 15% no atual ciclo de aperto monetário, observa o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, cuja projeção oficial aponta para um juro básico bem menor, em torno de 13% em meados do próximo ano.

Na visão de Genta, o ciclo de aperto teria de compensar não somente a política fiscal expansionista, mas também o efeito do último ciclo de queda dos juros, que levou a Selic de um pico de 13,75% para 10,5% entre agosto de 2023 e maio deste ano. "Não acho que esses 15% são exagerados. O problema é o quanto de desinflação a gente tem que colocar numa economia que está crescendo acima do seu potencial", diz o economista, que já foi secretário adjunto no então Ministério da Economia.

Assim, Genta acredita que o BC tende a optar por uma convergência mais longa da **inflação** à meta, com um ciclo de aperto mais contido, que leve a Selic a 13% em um ritmo de elevação de 0,5 ponto percentual - a começar pela reunião desta semana.

"Quando eu olho o atual conjunto de informações, acho que ele deveria fazer ainda mais rápido, mas as sinalizações dos diretores não vão nessa direção", afirma.

Durante a participação de dirigentes do BC em reuniões em Washington no âmbito do encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a impressão de participantes do mercado foi de que o sarrafo para um ritmo ainda mais agressivo de aperto, de 0,75 ponto, era bastante elevado neste

momento, o que fortificou as apostas em um ciclo com altas de 0,5 ponto na taxa de juros.

Apesar disso, a curva de juros tem precisado um ciclo cada vez mais extenso. Na sexta-feira, o mercado precisava um ciclo que coloca a Selic entre 13,75% e 14% em 2025 - o que, portanto, levaria o juro básico de volta aos níveis vistos até 2023, quando o BC deu início ao processo de flexibilização.

Com uma dinâmica de **inflação** corrente que não tem ajudado e diante do estresse mais recente do câmbio, o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, vê um "claro risco de alta" à sua projeção para a Selic, que chegaria a 12% no fim do ciclo.

No entanto, a redução do impulso fiscal, sinais incipientes de possível desaceleração da atividade econômica e algum alívio na pressão salarial vista nos últimos dados de emprego levam o banco britânico a manter, por ora, a expectativa por mais dois aumentos de 0,5 ponto nos juros, seguidos de uma alta final de 0,25 ponto em janeiro.

Secemski, inclusive, se mostra atento à comunicação a ser empregada pelo Copom nesta semana, ao notar que a reunião se dará em um contexto de alta volatilidade tanto pelo risco fiscal local quanto no mundo devido à eleição nos EUA.

"O Copom terá de escolher entre deixar a comunicação em aberto, como fez em setembro, sem dar um "guidance" para ter credibilidade, ou indicar a intenção de manter o ritmo na decisão seguinte." Há um "trade-off" nessas escolhas, nota Secemski. Caso a comunicação do Copom permaneça sem um sinal claro sobre os passos seguintes, o economista avalia que um possível efeito colateral seria uma reação da curva de juros em que se incorporem cenários de aceleração do ajuste em dezembro.

Ou, se o comitê optar por indicar que deseja manter o ritmo de 0,5 ponto em dezembro e, assim, criar um "teto" nas apostas na curva de juros, "o mercado, que anda muito estressado e sensível, poderia entender o guidance como um passo limite, o que seria contraprodutivo no momento em que o BC busca aumentar a credibilidade".

O cenário de Secemski é o de que a autoridade monetária optará por deixar o cenário em aberto, "até por conta da volatilidade doméstica no campo fiscal, à espera de novidades, e pela indefinição das eleições nos EUA". Na visão do economista do Barclays, o BC deve optar por uma comunicação mais flexível e que não se atenha a uma prescrição futura específica.

O tom da comunicação do BC, nesse sentido,

precisará continuar "duro", avalia o economista-chefe para Brasil do Bahia Asset Management, Luiz Felipe Maciel, ao esperar que as projeções de **inflação** do Copom mostrem deterioração adicional, mesmo com os juros mais altos embutidos no Focus.

Além disso, Maciel não enxerga uma diminuição relevante do estímulo fiscal em 2025, o que deve manter a economia aquecida e a **inflação**, pressionada. "Há estímulos em benefícios à população mais propensa a gastar. Tem uma injeção fiscal em curso e Estados e municípios também estão gastando", diz. Se o governo entregar um ajuste fiscal relevante, no entanto, o BC poderia ter algum alívio, já que "seria um primeiro sinal concreto, desde que o governo assumiu, de que os gastos podem ser menores".

De qualquer forma, na conjuntura econômica atual, o balanço de riscos aponta para juros ainda mais elevados do que a projeção de 13% do Bahia Asset, avalia Maciel. "Com a taxa de desemprego indo a 6%, todo mundo vai ter que revisar as projeções de **inflação**", afirma.

Embora tenha considerado equivocada a decisão do BC de retomar o aperto das condições monetárias em setembro, o diretor de investimentos (CIO) da TAG Investimentos, André Leite, avalia que a Selic deve subir a 12,5% até o fim do ciclo, o que seria suficiente para, no modelo do BC, levar a **inflação** para 3,15% caso os juros permaneçam em níveis elevados por um longo período. Contudo, de acordo com Leite, a pressão política sobre a autoridade monetária deve crescer a partir do segundo semestre do ano que vem e os cortes de juros devem começar a partir de setembro, levando a Selic para 10% em 2026.

"Esses 13,5% precisados pelo mercado levariam a projeção de **inflação** para mais perto de 2% do que de 3% no horizonte relevante.

Mas, mesmo com os 12,5% que projetamos, ele não vai conseguir ficar 18 meses com esse juro parado.

Vai ter uma pressão gigantesca.

Na virada do primeiro para o segundo semestre, vai crescer a pressão para cortar. No nosso desenho, o BC começa a cortar os juros em setembro de 2025 e vai cortando até chegar em uma taxa de 10% em 2026. Acreditamos que o início do processo de corte de juros será mais político do que técnico", diz.

Do ponto de vista da comunicação, Leite avalia que, no momento, "a bola está no campo fiscal".

"É uma reunião muito mais para ganhar tempo do que

para fazer um grande movimento de política monetária", afirma.

"Acho que ele [BC] deveria fazer ainda mais rápido, mas as sinalizações dos diretores não vão nessa direção" Fernando Genta

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032>

Diversificação de investimentos no exterior reduz riscos e potencializa resultados

A diversificação é a estratégia ideal para alcançar melhores resultados em um portfólio de investimentos e fundamental para a construção de patrimônio no longo prazo. Hoje, esse movimento demanda a escolha de ativos de diferentes classes, moedas e em geografias variadas para compor um pacote de produtos com potencial de ganhos expressivos, sem correr riscos excessivos.

Nesse contexto, os investimentos no exterior se tornam uma peça-chave para tirar proveito de economias com moedas fortes. E vêm crescendo expressivamente. Segundo dados do Banco Central (BC) do Brasil, em 2023, o aumento foi de 12,5% no volume de aportes fora do país em relação a 2022, atingindo US\$ 45,18 bilhões.

Entre janeiro e agosto deste ano, os brasileiros alocaram um total de US\$ 13,9 bilhões em diferentes ativos no exterior, segundo o BC, volume similar ao do mesmo período em 2023.

Esse movimento é favorecido por questões como o crescimento de economias maduras no longo prazo, a participação de 60% dos Estados Unidos no valor total (market cap) das ações do globo - contra 1% do Brasil - e até mesmo o fato de os norte-americanos alocarem no exterior 30% do total investido, índice que, no Brasil, fica em torno de 2%, segundo Bernardo Queima, CEO da Gama Investimentos.

Além disso, é difícil o investidor acertar quais ativos vão ganhar ou perder valor em curto e médio prazos. Para Rodolfo Olivo, professor da FIA Business School, a diversificação internacional se tornou chave para garantir a redução de riscos.

O destaque é ainda maior para investidores brasileiros.

Isso porque mesmo com o tamanho enxuto do mercado local de capitais, relativamente restrito em oportunidades em comparação ao mercado global, no país é particularmente acentuado o chamado "home bias", tendência a investir mais do que se deveria em mercado local observada em estudos de finanças comportamentais. "Ter 20 ações diferentes em carteira, mas todas de bancos brasileiros, não é diversificar, pois a correlação entre elas é muito alta", exemplifica o professor.

Embora a alocação seja particular, conforme perfil, objetivos, prazos e recursos, de forma muito genérica, Olivo sugere parcelas de investimento no exterior de 10% a 15% para conservadores e pessoas mais maduras, 15% a 25% para moderados e 25% a 40% para arrojados ou mais jovens.

Opções disponíveis, como contas de investimentos, podem ajudar a reduzir custos como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e obter taxas cambiais mais favoráveis.

"Hoje diversas corretoras que operam no Brasil oferecem possibilidade de abrir conta de investimentos nos Estados Unidos, fechar câmbio e fornecer todos os serviços necessários", detalha Olivo.

O acesso ao investimento internacional facilitado por conteúdo, informação e apoio em português, para o interessado conhecer as opções disponíveis e falar com quem precisa, é a preferência do investidor local. "Os produtos que mais captam têm alguma conexão aqui, como time comercial ou suporte", diz Bernardo Queima, especialista em investimentos no exterior com R\$ 5,5 bilhões sob gestão.

A Gama é uma das empresas dedicadas a facilitar a jornada de brasileiros interessados em aproveitar oportunidades no exterior. Atua como um hub de fundos internacionais independente para tornar os investimentos globais acessíveis por meio de parcerias estratégicas com alguns dos principais gestores mundiais, como Oaktree, Bridgewater, MAN, Acadian, entre outros.

Seu modelo baseado na criação de "fundos espelho" (feeder funds) permite aos investidores nacionais aportarem em um fundo local que, por sua vez, aplica o dinheiro na estratégia original fora do país, com diversas classes de ativos.

O impulso do investimento dos brasileiros rumo ao exterior se estruturou melhor na década passada, com fundos locais multimercados passando a incluir os internacionais em suas estratégias. A questão é que a concentração em um grande "guarda-chuva" Brasil mantém relação direta com elementos como crescimento do PIB, decisões dos diferentes poderes, melhoria de renda, entre outros, tendo como driver

principal o quanto a economia do país vai bem.

Hoje, de acordo com Queima, o interessado conta com diferentes caminhos, como o investimento direto via fundo no Brasil ou o envio de dinheiro para fora e aplicações em gestoras especializadas. Embora o foco de investidores no mercado local tenha sido estimulado pela recente alta de juros, o CEO lembra que o comportamento no exterior também está mais favorável nesse sentido.

"Com a nova normalidade de juros mais altos em países desenvolvidos, todas as classes de ativos fazem sentido para os brasileiros.

Afinal, o objetivo da diversificação é ganhar dinheiro", avalia Queima. O cardápio inclui renda fixa e variável, fundos multimercados ou imobiliários, entre outros.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188032>

Como os mercados americanos permanecem sólidos em anos de disputas eleitorais

A nos de eleições presidenciais no Brasil costumam ser períodos de alta volatilidade para o investidor. Qualquer fala equivocada ou tropeço no comportamento dos candidatos podem provocar tsunamis nos mercados: por vezes o dólar dispara e a bolsa desaba. Esse é um panorama muito diferente do observado nos Estados Unidos, onde a história e a própria performance econômica de 2024 mostram que anos eleitorais não causam efeitos negativos para os mercados.

Um levantamento da gestora BlackRock revela que, em anos de eleições, a incerteza quanto aos rumos da política não é determinante para o desempenho das ações. A média da evolução dos papéis em períodos sem o pleito é de 10,3%, segundo o estudo, saltando para 11,6% em anos com disputas presidenciais.

Ainda segundo a pesquisa, o retorno geral do S P 500 no intervalo compreendido entre 1928 e 2020 foi de 10,2%, enquanto o retorno médio em anos eleitorais foi de 11,57%.

Para este ano, analistas da BlackRock estimam um aumento de 4% no lucro das ações ligadas ao S P 500 - com exceção dos papéis das empresas de tecnologia, que podem subir mais - e de 14% em 2025, após terem registrado uma contração no ano passado. "Esperamos que a força dos lucros corporativos continue se ampliando além da tecnologia", informa o relatório semanal da gestora publicado em 21 de outubro.

No mercado de bonds, olhando o desempenho histórico medido pelo Bloomberg US Aggregate Bond Index, tem-se que os títulos nunca deixaram de apresentar um resultado positivo em anos eleitorais para o comando do Executivo no país nos últimos 50 anos. "Nada garante que será assim neste ano, mas, em média, o índice indicou um retorno de 7% nos anos em que tivemos eleições", afirma William Castro Alves, estrategista- -chefe da Avenue.

DIVERSIFICAÇÃO

A estabilidade e a surpreendente força dos ativos, mesmo em épocas de turbulência política como a vista neste ano, são um atrativo para aqueles que buscam diversificar suas carteiras atentando para as oportunidades no exterior.

O mercado americano de ações é, de longe, o maior do mundo, com cerca de US\$ 50 trilhões em ativos - 50 vezes mais do que o Brasil, segundo dados da World Federation of Exchanges (Federação Mundial de Bolsas de Valores). Essa ampla gama de alternativas abre uma série de possibilidades de diversificação, aumentando as chances de rentabilidade. Por meio da Avenue, o cidadão brasileiro pode acessar com facilidade aproximadamente 8 mil ativos, incluindo ações, ETFs (exchange traded funds, fundos que têm como referência um índice da bolsa), REITs (real estate investment trusts, ou fundos imobiliários) e ADRs (american depositary receipts, os certificados de depósitos bancários).

"No exterior, há um ambiente de oferta de produtos mais diversos que ajudam a compor melhor a carteira", afirma Alves. "O brasileiro tem passivos que já são dolarizados, então, nada melhor que equalizar essa conta com ativos que também o sejam." Na visão dos especialistas, alocar cerca de 30% da carteira no exterior seria suficiente para aproveitar as vantagens da diversificação.

"É recomendável reduzir o risco de investimento em uma única área geográfica, que é suscetível a diversos vetores, não só externos, mas também internos", observa Alves.

"Se o dólar subir, parte da carteira será valorizada.

Na outra ponta, os gastos com compras de produtos atrelados ao dólar aumentarão.

O investidor, porém, ganhará na parte dos ativos, daí a importância da diversificação."

ESTABILIDADE

Segundo o estrategista, os Estados Unidos respondem atualmente por 25% do **PIB** mundial, e 60% das reservas globais dos bancos centrais estão em dólar.

"Você tem uma parcela em ouro, em libra esterlina, em euro, mas 60% estão em dólar. Fora isso, o desempenho da bolsa nos Estados Unidos perpassa os diferentes presidentes." Para o executivo da Avenue, o mandato duplo do Federal Reserve (Fed),

banco central do país, que persegue o controle da taxa de desemprego e da **inflação**, e a independência da SEC, comissão que regula o mercado de capitais, favorecem um ambiente de decisões pautadas por critérios técnicos e que não necessariamente sofrem a influência de governo A ou B. "Essa isenção faz a diferença e torna esse mercado de capitais bastante robusto, acessado pelo mundo inteiro", afirma.

Em uma entrevista coletiva sobre as tendências para a economia americana realizada em junho deste ano, a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirmou que o desempenho em 2024 tem se mostrado "extremamente bom" e tem sido impulsionado pela produtividade. "Não vemos sinais de enfraquecimento do interesse em investir na economia dos EUA", disse ela. Segundo Georgieva, antes da pandemia de Covid-19, 18% de todo o capital mundial que procurava retorno além-fronteiras era destinado aos Estados Unidos, percentual que subiu para 33% neste ano. "Trinta e três por cento do dinheiro global que está em movimento vem para os EUA. Por que isso acontece?"

Devido ao forte desempenho da economia", afirmou a executiva do FMI.

Quando em comparação com a zona do euro, por exemplo, o que se vê são três diferenças muito significativas, segundo ela.

"Primeiro, uma economia impulsionada pela inovação e produtividade como fonte primária de crescimento.

Segundo, independência e capacidade energética, especialmente quando se pensa em data centers e inteligência artificial. E, terceiro, a capacidade de aproveitar o trabalho, tanto em termos de fazer com que as pessoas voltem ao mercado quanto que mais mulheres trabalhem, e de ser um lugar atraente para pessoas de outros países virem."

RENDA FIXA

Boa parte dos investimentos dos brasileiros no exterior atualmente tem como foco os títulos de dívida emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos, isso porque apresentam menor nível de volatilidade e prêmios que, em contexto histórico, se mostram elevados.

Segundo o balanço de pagamentos do Banco Central, no primeiro semestre de 2024, os brasileiros aportaram US\$ 9,3 bilhões em títulos americanos de renda fixa, nada menos que 165% acima do valor aplicado em igual período de 2023, quando somaram US\$ 3,5 bilhões. Em reais, de janeiro a junho deste ano, o valor foi equivalente a R\$ 52,9 bilhões, considerando a cotação da moeda americana a R\$

5,69, comparados a cerca de R\$ 16,7 bilhões no primeiro semestre de 2023, com o dólar a R\$ 4,78.

Os títulos de renda fixa dolarizados ajudam a diversificar a carteira de maneira conservadora e com previsibilidade de rentabilidade.

Há de se observar, contudo, que esse investimento deve ser pensado como uma carteira, e não como uma substituição total dos ativos brasileiros.

Em resumo, segundo o estrategista da Avenue, não é errado dizer que o mercado é agnóstico em relação ao cenário político.

"As estatísticas mostram que os números diferem pouco e, quando se trata de investimento, é importante colocar as preferências políticas de lado, porque o que realmente importa é deixar o poder de longo prazo incidir sobre os investimentos", afirma Alves. "Tempo de mercado é muito mais importante que suas preferências políticas, não se esqueça disso."

"O brasileiro tem passivos que já são dolarizados, então, nada melhor que equalizar essa conta com ativos que também o sejam" William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue Securities

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188032>

"O lucro do empresário é a mola do desenvolvimento"

DIVO ARAÚJO

Apesar do crescimento do **PIB** este ano, os empresários dos setores de comércio e turismo estão resabiados com a economia do País. Os motivos são variados: vão desde a insegurança jurídica-caea alta carga tributária até a percepção da sociedade brasileira em relação ao lucro das empresas, como explica José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), nesta entrevista exclusiva ao A TARDE.

"No Brasil, as pessoas têm ojeriza ao lucro", afirma Tadros, que nesta semana recebeu os títulos de cidadão soteropolitano e baiano. Para ele, somente com empresas lucrativas, a sociedade poderá pressionar o empresariado e o governo a estabelecer novos patamares de renda para a classe trabalhadora. "Quando um trabalhador é mal remunerado, ele não é consumidor", observa o dirigente, destacando a importância do consumo para a economia brasileira. Confira a seguir a entrevista completa.

O **PIB** vem crescendo no Brasil este ano, muito puxado pelo setor de indústria e serviços, sobretudo o comércio. Ainda assim, a gente vê as expectativas do empresário em relação à economia baixando de mês a mês, segundo pesquisas da própria CNC. O que explica esse pessimismo?

O Brasil é um país muito amarrado, cheio de regras, normas e decisões. O que nós, empresários, precisamos desse País é de segurança jurídica. Que, acima de tudo, o Brasil facilite a vida do empresário, para que ele possa pagar os **impostos** e saiba inclusive o número de **impostos**. Porque todo dia surge uma nova decisão, uma nova taxa, um novo imposto, um novo não sei o quê. Eu tenho dito isso à sociedade, inclusive já disse para sua excelência, o presidente Lula. A empresa tem que dar lucro. No Brasil, as pessoas têm ojeriza ao lucro. Mas o lucro é a mola propulsora do desenvolvimento e, por via de consequência, do crescimento do **PIB**. A empresa dando lucro, nós podemos, inclusive, ter condições de estimular e forçar o empresariado e o próprio governo a estabelecer novos patamares de renda para a classe trabalhadora, que é muito mal remunerada. Nós, do empresariado, reconhecemos isso. Só que entendemos que a lucratividade das empresas é tão

pequena e as empresas brasileiras são tão frágeis, que muitas vezes isso não é possível. Você não tem grandes players internacionais de empresas brasileiras no mundo. Você encontra aí todo tipo de empresas, a Samsung, da Coreia do Sul, empresas da Índia, empresas do mundo todo. Principalmente de países que têm vastidão territorial e grande população. No Brasil, não, porque quando uma empresa se torna grande, começam a podá-la. E você, quando não tem segurança jurídica, não tem certeza de que o governo vai atuar com proficiência.

O que precisa ser feito para mudar essa realidade?

As reformas são necessárias. Mas, antes da **Reforma Tributária**, precisaríamos ter feito a **Reforma Administrativa** para saber qual é o tamanho do Estado que nós precisamos. Senão, nós vamos viver sempre nesse estado de permanente insegurança. Por isso que temos, como princípio básico da CNC, três normas que entendemos que são os agentes de desenvolvimento do País.

Democracia, sem discutir isso. É democracia e acabou. As outras duas são segurança jurídica e livre concorrência. Que o empresário possa trabalhar, produzir, fazer circular riqueza e através disto, distribuir renda. Veja uma coisa: quando o trabalhador é mal remunerado, ele não é consumidor. Nós temos 50 milhões de trabalhadores no Brasil, a grande maioria mal remunerada. Como é que eles podem ser consumidores? E, se o trabalhador não é consumidor, como é que você pode ter a mola propulsora do capitalismo, que é a sociedade de consumo. Uma grande parcela da sociedade brasileira tem renda, mas uma renda muito baixa.

O senhor citou a **Reforma Tributária** que está sendo regulamentada pelo Congresso Nacional. Ela atende o segmento do comércio?

O que tem me preocupado muito é que nós, empresários, reivindicamos uma **Reforma Tributária** que viesse reduzir tanto o número de **impostos** como o valor cobrado. Mas o que nós estamos sentindo é que estão querendo, cada vez mais, aumentar os **tributos**. Aí, a empresa não aguenta. É uma visão muito de Estado, de centralismo arre-cadatório. Isso não pode.

A CNC chegou a ser ouvida, participar dos debates da Reforma Tributária?

Nós temos procurado participar, mas você sabe que nem sempre somos ouvidos como deveríamos. Até porque eles entendem que o empresário só pensa nele, o que não é verdade. Porque quando você aumenta os tributos, não é o empresário quem paga. É o consumidor final quem paga o imposto. Quando a gente reivindica isso, não é em benefício da empresa.

É em benefício da população brasileira. Mas muita gente não entende isso.

A alta carga tributária com certeza é um problema para os empresários, mas a gente também tem os juros altos. Essa taxa de juros complica muito a vida dos empresários?

Os juros são altos porque o déficit público é grande. Na medida em que o déficit público é grande, o governo tem que tomar recursos no mercado. E aí, quando percebem que a economia não está devidamente administrada - ao reverso disso, mal administrada - a inflação aumenta e a procura de recursos pelo governo também. Na medida em que a economia está organizada, aí você tem a possibilidade de o governo ser tomador do mercado a taxas de juros muito baixas. A taxa de juros, que está em 11% e aumentou agora, é em consequência do desajuste da administração pública que está provocando déficit nos gastos públicos do governo.

Os números do turismo estão crescendo no Brasil esse ano. Mas ainda o País está muito aquém da realidade mundial. O que, na sua opinião, pode ser feito para reverter essa situação?

Quando faz turismo, você precisa ter fatores indispensáveis. Primeiro, segurança física. O turista não vem para o Brasil para ser assassinado, para ser assaltado. No Brasil, você tem essa situação de vir turista para cá e ser assaltado, ser morto. O que se precisa é que o país assegure tranquilidade para o turista vir e ter a possibilidade de visitar lugares, coisa que não acontece aqui no Brasil.

Além disso, o senhor acha que o Brasil divulga o país muito mal ainda?

Comunica muito mal. Não há divulgação. Isso é uma herança lusitana. Os portugueses de outrora achavam que turismo era coisa de vagabundo, de malandro. Então, nunca promoveram o Brasil. E ficou essa mentalidade de que turismo não era prioridade. Muitos países do exterior, da Europa aos Estados Unidos, estimulam o turismo porque sabem que é uma fonte de renda fantástica. A maior parte desses países vive

à custa de turismo. A Áustria, Hungria, a própria França, que também tem uma base comercial e industrial grande. O grande motivo do desenvolvimento desses países é o turismo. Aí, o que acontece aqui no Brasil? Quando você viaja para fazer turismo, você quer ver as cidades nas suas origens. Os centros de cidade no Brasil são abandonados. Começou a ideia de centro velho. Você já ouviu falar no centro velho de Paris? Centro velho de Londres? Centro velho de Nova Iorque? As pessoas procuram os centros, porque lá começamos cidades. Lá, as pessoas acreditaram naquela cidade, naquele país, recuperando esses centros antigos. Aqui não, você abandona.

Diante da complexidade dos problemas, você acha que tem solução? No curto prazo, o governo poderia fazer algo para estimular o turismo?

Tem que ter sequência. O grande problema é que, com a mudança de governo, muda tudo. Não se dá uma sequência permanente de que, olha, começou aqui, termina lá adiante. Não. O programa é do governo A, o governo B entra, abandona, começa outro programa. Aí o governo C entra, abandona o programa do governo A e do governo B e começa o programa dele. Aí, no final, nunca termina nada.

Estamos às vésperas da Black Friday, que é um evento central hoje no calendário varejista do Brasil, comparado até o Natal. Quais são as expectativas para este ano?

A Black Friday foi uma ideia que veio dos Estados Unidos, no sentido de desova de estoques represados. É uma oportunidade muito boa, inclusive, para a população ver que grande parte do custo dos produtos vendidos aqui no Brasil são consequência da alta carga tributária. Quando você elimina tributos, o produto fica muito mais barato. Por isso é que a gente chega no exterior e compra coisas que aqui são duas, três, quatro vezes mais caras. Exatamente por causa da carga tributária. E aí, via de regra, os consumidores acham que o empresário, principalmente o empresário do comércio, é desonesto. Porque é careiro. Mas não é. É o preço da carga tributária que onera o produto final.

O Sesc e o Senac são instituições historicamente associadas a muitos benefícios para a população brasileira. Como é a situação do sistema hoje?

Nós estamos tocando o sistema desde a criação, em 1945, pelo presidente Getúlio Vargas, cujo objetivo era criar mão de obra qualificada. Porque, até 1945, o Brasil era um país agrícola. A base industrial dele era muito precária. Não havia indústria pesada no Brasil. Eram indústrias de laticínio, alimentos de um modo

geral. Isso começou a mudar com a implantação da Cidade do Aço, em Volta Redonda (Rio de Janeiro). Foi uma negociação feita pelo presidente Vargas com o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt. O Brasil cedeu às suas bases de Manaus, Belém e Natal, e os Estados Unidos contribuíram para que se fizesse uma siderúrgica em Volta Redonda. Ali, começamos

a entrar na indústria pesada. E o presidente Vargas entendeu que teria que preparar mão de obra. Mas quem teria que preparar mão de obra era o próprio empresário. Se tiraria um percentual de cada funcionário empregado nas empresas dos três segmentos - primário, representado pela agricultura, o secundário, da indústria, e o terciário, comércio e serviço - , para investir na qualificação da mão de obra. Porque nós tínhamos uma mão de obra muito precária. Isto feito, as instituições seriam obviamente regidas pelos empresários, porque os recursos não são públicos, são privados. Existe a compulsoriedade do recolhimento desses valores em benefício das instituições, que são altamente fiscalizadas pelos conselhos regionais, nacionais, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, etc. E, paralelamente a isso, o empresário ficaria na obrigação de qualificar mão de obra capaz, competente. Não só para trabalhar nas empresas modernas, que àquela altura iriam se instalar em Volta Redonda, como também receber bem o turista, saber expor os produtos, enfim. E é isso que temos feito. Veja o setor do comércio, por exemplo. Nós estamos em 2.400 municípios dos 5.440 do país. Tem outros municípios que têm uma base econômica pequena, assim como sua densidade demográfica. Nesses, nós temos as nossas carretas que vão lá, ministram cursos. Mas, em 2.400 municípios, nós entendemos que já tem uma base comercial suficiente para ministrar cursos, nós estamos lá com a nossa base física instalada.

O Ministério do Trabalho e Emprego adiou pela terceira vez a implantação da portaria que restringe o trabalho do comércio aos feriados de domingos para janeiro de 2015. Como o senhor vê essa portaria?

Eu conversei com o Ministro do Trabalho para ele olhar com muito cuidado isso. Porque, às vezes, certas atitudes que são tomadas não têm a visão de gerar empregos, de aumentar o **PIB**. É uma visão muito estreita. E o ministro do Trabalho me ouviu. Ele é um sindicalista experiente e adiou isso três vezes para que, amanhã, se tenha realmente uma visão clara de se a coisa vai funcionar como se pretende.

O senhor foi homenageado na Câmara Municipal de Salvador e na Assembleia Legislativa da Bahia com o título de cidadão. Como o senhor recebe essas

homenagens?

Eu fico absolutamente orgulhoso. Porque tudo no Brasil começou na Bahia. A alegria, o samba, a bossa nova, o jeito de coabitar pacificamente com raças, cores, mentalidades. Enfim, a Bahia simboliza o Brasil de um modo geral. E eu me sinto muito honrado em ter esses títulos de cidadão baiano e cidadão soteropolitano. Com certeza, isso é um balizador de que eu estou fazendo um trabalho que me dá a entender de que está certo, enquanto empresário e enquanto pessoa que tem uma visão cristã do mundo.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_77DC7B34099E8096A9900130E7EA248A945A219E02EA9263DF1FD8D5B8F59CA4BD357D44FFB11E28A68D096C32411F783F5608BADE67A115DA2EE7CA8CBD21152DEB919F83A50AD9E73451BE815E6521F4859F148F984955EDDCFFE7CDCCD08B41FDEAEE68C14B58EFE155CF6281E1E66C15D9B4710A04024A6BF

"Gasto controlado pode reduzir juro, com setor privado investindo mais e gerando emprego" - GPS DA ECONOMIA

Marta Sfredo marta.sfivdo@zerohora.com.br com João Pedro Cecchini joao.cecchini@zerohora.com.br

Respostas capitais: Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset Management e secretário do Tesouro Nacional durante a gestão de Paulo Guedes no então Ministério da Economia

Bruno Funchal leva o equilíbrio fiscal tão a sério que deixou a Secretaria do Tesouro Nacional em um dos muitos furos no teto de gastos entre 2021 e 2022. Com esse currículo, está cético sobre o pacote de Fernando Haddad. Não pelo atual ministro da Fazenda, mas por saber da dificuldade de cortar. Funchal esteve no 26º Seminário Econômico Família Previdência.

A credibilidade do arcabouço saiu do foco com a expectativa de pacote?

Não, é preciso ações que deem sustentabilidade. Uma regra fiscal não é um fim em si mesma. Serve para que o país pague menos juro, fique mais barato para empresas investirem e, assim, haja geração de emprego e renda. E preciso estabilizar a dívida. Não adianta ter regra e dúvida sobre para onde vai a dívida. E por isso que o juro sobe.

Tanto o básico, do BC, quanto os juros futuros?

Sim, porque as empresas não captam pela Selic, mas pelo juro de 10 anos. E hoje essas taxas mostram que há dúvidas. Hoje e sempre, o Brasil tem orçamento muito rígido. Com a aprovação do arcabouço, aumentaram as despesas obrigatórias, especialmente com saúde e educação, que crescem com a receita corrente líquida e meta baseada na arrecadação. Outro problema é o aumento do salário mínimo acima da **inflação**. Pressiona a previdência, que já é desafiada pela mudança da pirâmide etária. E há despesa crescente com o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Isso traz dúvidas sobre arcabouço, trajetória da dívida. Gera risco, com dificuldade de investir.

Qual é sua expectativa para o pacote?

Só terá efeito real de mudança de perspectiva e de

credibilidade se mexer em despesas obrigatórias. E se mudar a regra dos mínimos constitucionais para saúde e educação. O Fundeb passar para dentro do cálculo dos gastos com educação com uma cota grande, por exemplo, faz diferença. Mas se ficar na melhoria no controle da fraude, não vai mexer tanto o ponteiro, assim como medidas muito pontuais de otimizar a gestão.

Essas medidas ancorariam as expectativas?

Tenho dúvida. O ajuste fiscal mais factível é o que consegue segurar aumentos. Reverter é complicado. Estou cético. O abono salarial é discutido desde **Temer**, passou por Bolsonaro, sempre com muita dificuldade. Rever faz sentido, porque é um benefício para a classe média. Por que não realocar para quem de fato precisa, o grupo do Bolsa Família para menos? E uma tarefa que exige engajamento de todos. E precisa ter a noção do benefício com esse controle. Gasto controlado pode reduzir juro, com setor privado investindo mais e gerando emprego.

A polêmica que se seguiu à avaliação da Moody's acentuou esse debate?

Sim, virar grau de investimento traz dinheiro de fora. Libera grandes fundos de investimento a investir no Brasil (os institucionais exigem duas notas em grau de investimento para aportes). Isso gera crescimento, investimento e renda. Limitar gasto tem um lado positivo gigantesco.

Outra questão é a dos gastos para fiscais, que não entram na meta de déficit zero?

Sim, faz parte do trabalho do ministro orientar que isso pode tirar credibilidade do arcabouço. Se há despesas fora do mecanismo que ancora expectativas, a confiança diminui. O ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) tem tentado orientar sobre o caminho certo.

O gasto com a ajuda ao RS pesa nessa conta?

Não, é totalmente diferente. É constitucional. Foi um choque, ninguém escolheu fazer. Não entra na nossa conta de para fiscal, cerca de R\$ 67 bilhões. Incluímos

só ações para estimular a economia fora do arcabouço. Ajuda ao RS é como se fosse o gasto com a pandemia.

Qual foi o susto de estar no Tesouro na pandemia?

Foi complexo. No início de 2020, a projeção de déficit era de R\$ 120 bilhões. O ano fechou com rombo de R\$ 743 bilhões. A diferença (R\$ 623 bilhões) foi o tamanho do susto. Foram R\$ 500 bilhões em despesa, o resto por frustração de receita. Depois, adotamos ações, a dívida voltou a 70% do **PIB**. Agências de rating avaliaram que o Brasil foi o único a retomar o nível de dívida pré-pandemia. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241104&edicao=30519>